

# **ATA Completa \***

## **Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê**

**CBH - S M T**

**40ª. Reunião Extraordinária**

**em 09/05/2008**

**Votorantim – SP**

Dartan Gravina  
Taquígrafo  
(011) 71382725

Cerimonial- O Comitê da bacia hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê está realizando hoje sua 42ª reunião extraordinária, a pauta da reunião de hoje terá como itens a eleição da Agência de bacia, Presidente e representantes do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, aprovação dos planos de trabalho das câmaras técnicas, a aprovação de pleitos FEHIDRO/2008, aprovação de diretrizes e cronograma para distribuição dos recursos FEHIDRO/2009 e cronograma para cobrança pelo uso da água. Senhoras e senhores agora passo para composição da mesa, convidamos excelentíssimo senhor Jair Cassola Prefeito de Votorantim, o Presidente do Comitê Wendell Wanderlei, Secretária executiva senhora Jussara de Lima Carvalho. Registramos a presença do excelentíssimo senhor Dr. Vitor Lippi Prefeito de Sorocaba, Prefeito de Araçoiaba da Serra, João Franklin Pinto, Prefeito de Iperó senhor Marco Antônio Vieira de Campos, Prefeito de Araçariçuama Raul Ribas, Prefeito da estância turística de Itú senhor Herculano Castilho P. Júnior, Prefeito de Sarapuí Israel Fogaça de Oliveira, Prefeito de Porto Feliz Cláudio Maffei. Convidamos para fazer parte da mesa o excelentíssimo senhor Dr. Vitor Lippi Presidente licenciado do Comitê. Agradecemos a presença dos demais representantes das entidades a esse evento. Passamos a palavra para Wendell Wanderlei Presidente do Comitê.

Wendell Rodrigues Wanderlei - Presidente do Comitê representante segmento sociedade civil organizada entidade Associação Ecológica ICATU - Bom dia a todos. Queria cumprimentar a todos pela presença, agradecendo pela presença. Estamos em mais uma reunião do Comitê, reunião histórica na medida em que continuamos a desenvolver nossos trabalhos, além de todo um trabalho normal que faremos hoje temos a intenção de eleger a nova diretoria, o Presidente da Fundação Agência e o Conselho Deliberativo, e o Fiscal, uma reunião de suma importância para desenvolvermos esses trabalhos na condução das políticas de recursos hídricos do Estado de SP de forma integrada. Também pretendemos aprovar o cronograma da cobrança pelo uso da água que vamos implantar ainda até o final do ano, além das diretrizes FEHIDRO/2009, aprovação dos projetos FEHIDRO/2008, enfim, temos uma pauta bastante extensa, para não falar muito vamos partir para os trabalhos. Queria antes de passar a palavra para o Jair Cassola Presidente do CERISO, dizer da importância do consórcio dos municípios da bacia do Sorocaba e Médio Tietê, o CERISO, e o trabalho que o Jair tem feito, principalmente como tomador de recursos pelo FEHIDRO para os projetos da nossa bacia, que tem sido forte aliado nesses trabalhos, no gerenciamento das questões relativas à nossa região, então cumprimentando pelo apoio e trabalho que vem desenvolvendo, passo a palavra.

Jair Cassola- Prefeito de Votorantim e Presidente do consórcio Intermunicipal CERISO - Bom dia. Queria aproveitar para cumprimentar o Wendell, nosso Presidente, a Jussara, o Prefeito de Sorocaba Vitor Lippi, demais Prefeitos presentes, a sociedade civil que têm participado junto conosco, os membros do Estado, estamos em uma organização tripartite, e agradecer a todos vocês e pelas presenças na cidade de Votorantim, e dizer da importância dessa reunião. Hoje temos decisões importantes para serem tomadas, e o Vitor Lippi vai dar seqüência com suas palavras.

Vitor Lippi Prefeito de Sorocaba- Bom dia amigos e amigas. Quero cumprimentar nosso Presidente, o Wendell, nosso querido Prefeito Cassola, Jussara, Prefeito de Araçoiaba da Serra João Franklin Pinto, Prefeito de Iperó Marco Antônio de Campos, Prefeito de Araçariçuama Raul Ribas, Prefeito da estância turística de Itú senhor Herculano Castilho Júnior, Prefeito de Sarapuí Israel Fogaça de Oliveira, Prefeito de Porto Feliz Cláudio Maffei, também a todos os membros da sociedade civil, órgãos técnicos, Secretarias de estado, enfim, todos colaboradores, os que defendem a causa ambiental na nossa região. Quero me justificar, deixo a mesa nesse momento, queria justificar meu afastamento como

Presidente exatamente por questão do calendário eleitoral, pedi meu afastamento no dia 04/04, porque há possibilidade de eu ser candidato a Prefeito, que já deixei o cargo para o Wendell e já tivemos algumas reuniões. Gostaria apenas de ressaltar o compromisso deste Comitê, fui legitimamente eleito por essa importante plenária, e que os compromissos continuam sendo prioridades do Comitê, a continuação da despoluição do Médio Tietê, fizemos várias ações, que estão em andamento, com a Secretaria de Estado, para enfrentar o maior desafio ambiental do estado de São Paulo, a despoluição do rio Tietê, a questão da cobrança pelo uso da água, que é o principal assunto do nosso Comitê, já tivemos avanços mas há necessidade ainda de melhorarmos a infra-estrutura para continuarmos a fazer o nosso cadastro, para esse segundo semestre, para efetuarmos a cobrança, que na verdade vai ser quase simbólica mas a soma dessa cobrança permitirá que tenhamos novos e expressivos recursos para melhoria ambiental de nossas bacias Sorocaba e Médio Tietê. A questão do trabalho e da priorização da despoluição do alto Sorocaba, está havendo um trabalho forte na despoluição do Médio Sorocaba, no entanto temos uma situação absolutamente contraditória como a situação de Caucaia do Alto, parte de Ibiúna que despeja seus dejetos in natura na represa de Itupararanga, nosso maior manancial hídricos e de Vargem Grande, estamos trabalhando fortemente para esse objetivo, e a questão da instituição do selo município verde, com a prioridade de 10 questões ambientais, estaremos sempre ressaltando porque todas elas atuam em importantes diretrizes para melhorar a questão ambiental da nossa região. Queria agradecer o apoio que recebi do Comitê, das câmaras técnicas, cumprimentando seu trabalho que é muito bom, e dizer que o trabalho continua. Dou meu apoio incondicional.

Presidente- Passo a palavra para nossa Secretária executiva, já temos quórum para iniciar os trabalhos, 34 dos 51 titulares.

Jussara de Lima Carvalho- Secretária Executiva do Comitê- Representando segmento governo do estado de São Paulo- Secretaria de Meio Ambiente/Cetesb- Nossa pauta é bastante extensa, começa com informes, eleição para Presidente da Agência de bacia, plano de trabalho para as câmaras técnicas, aprovação dos pleitos FEHIDRO/08, aprovação das diretrizes para os pleitos FEHIDRO/09 e cronograma para cobrança pelo uso da água. Pela pauta ser extensa, a proposta é que o item plano de trabalho para as CTs, uma vez que já foram aprovadas as prioridades no Comitê, pudesse passar para a próxima reunião. Acho que deveria ser apresentado com mais tempo e, como não tem urgência, que fosse transferido para a próxima reunião do Comitê.

Presidente- Alguém quer se manifestar? Então nem precisamos colocar em votação. Passamos para os informes do Estado e da Secretaria executiva.

Secretária Executiva- Vocês Prefeitos acho que estão recebendo um ofício com um alerta do Comitê porque como vamos implantar a cobrança pelo uso da água e todos procedimentos deverão estar prontos até o final do ano, solicitamos para os que têm Serviços Autônomos de Água e Esgoto, que criem uma rubrica para o ano que vem, embora ainda não tenhamos o valor que será cobrado. O fato de ter a rubrica criada já facilitará a vida do município para o ano que vem, se não receberam estão recebendo, e vamos enviar também para os Serviços de Água e Esgoto e para os Presidentes das câmaras de vereadores. Um informe bem rápido, nosso plano de bacia está sendo complementado, deverá ser encerrado em junho, e o relatório de situação que está sendo proposto agora pela Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi, deverá ser feito e entregue também nesse primeiro semestre. Registro, para constar em Ata, um momento para nós do estado, especificamente na Secretaria de Meio

Ambiente-SMA, um momento muito doloroso de perda de funcionários, por demissão, um processo longo, que não vem ao caso especificar, mas nós perdemos a Fabíola, que foi gerente da Cetesb durante 8 anos, que coordenava o grupo de trabalho pela cobrança do uso da água. Ainda não perdemos o Cláudio do DEPRN, que é um grande contribuidor nosso nas CTs, mas estamos prevendo isso, uma vez que ele está no mesmo processo funcional que a Fabíola. A Fabíola estava coordenando o GT Cobrança, que é uma das nossas principais prioridades e isso traz obviamente um desbalanço que vamos ter que corrigir.

Presidente- Sobre os informes dos municípios? Com relação aos informes da sociedade civil, rapidamente registrando que em 26 de abril houve reunião da sociedade civil na UNISO, onde fizemos a indicação do nome de uma entidade para a Presidência da Agência, dos conselheiros da parte da sociedade civil para o Conselho Deliberativo e para a indicação dos conselheiros fiscais, titulares e suplentes, todas as decisões lá tomadas foram por unanimidade, vocês saberão do nome dos indicados. Gostaria rapidamente de falar dessa responsabilidade, tendo em vista as circunstâncias, 2008 é um ano histórico, a sociedade civil nesse período passou pela presidência do Comitê de bacia e se o nome da sociedade civil for indicado poderá ocupar a Presidência da Agência. Durante muitos anos conversando com os Prefeitos disse que só havia uma maneira de a sociedade civil provar sua competência, se nos dessem uma oportunidade, e a situação se apresentou e queria só rapidamente chamar nossos companheiros da sociedade civil para a responsabilidade que temos, chegou a hora de mostrarmos nossa competência, a qualidade de nosso trabalho. Continuando os trabalhos, a Ildeia.

Ildeia Maria - Representante segmento sociedade civil entidade Plenu Instituto Plena Cidadania - Dia 18/05 das 9 às 13 horas em Mairinque, a sociedade civil com apoio do GT itupararanga, GTI, realizará o primeiro encontro da APA itupararanga. Todos receberão o convite e a programação por e-mail. Um dos temas a serem discutidos, além é claro da APA, é a criação de peixes no reservatório.

Cida Ribas – Representante do município de Ibiúna - Também queremos lembrar que sexta-feira dia 16 teremos mais uma reunião do Fórum Lixo e Cidadania, que foi instalado nesse Comitê em novembro do ano passado e que vem acontecendo com regularidade no Senac de Sorocaba, às 9 da manhã. Já temos deliberações e alguns encaminhamentos e fica aberta mais uma vez o convite a todos para nossas reuniões.

Presidente- No mesmo dia iremos lá com a Ildeia e à tarde convido a todos para irem à Cerquilha para o campeonato brasileiro de canoagem/2008 do Rio Sorocaba, o décimo quinto ano às margens do rio Sorocaba, um esporte ecológico, sem motores e poluição, com a iniciativa da prefeitura de Cerquilha, do SAEE de Cerquilha e Icatu. Gabriel.

Gabriel Bittencourt- Bom dia a todos e a todas. Gostaria de trazer um informe em nome da prefeitura de Porto Feliz, embora esteja afastado pelos mesmos motivos do Prefeito Vitor Lippi, o Comitê já tem informações sobre o problema da área contaminada de Porto Feliz, inicialmente contaminada por organoclorados há 23-24 anos atrás, onde a prefeitura através de nosso Prefeito Cláudio Maffei tem feito grande movimentação para resolver o problema, e agora junto à Assembléia legislativa-ALESP, que tem um PL que constitui entre outras coisas um fundo estadual para recuperação de áreas degradadas/contaminadas industrialmente. Estivemos com o Secretário de meio ambiente, Xico Graziano, que ligou para o líder do governo na ALESP pedindo todo apoio político para que o projeto possa andar com celeridade, e da mesma forma estamos contatando os deputados da região, esse é um dos caminhos que acreditamos que possa fazer com que aquela área seja remediada, outro caminho também falado, e isso chegou às mãos da Promotoria Pública que ingressou com uma ação civil pública no sentido de responsabilizar para fazer com que essa área com co-responsabilidade do Estado venha a ser remediada. É claro que em um processo caríssimo como esse o município não têm responsabilidades de como arcar com os custos. São esses os caminhos que hoje estão sendo trilhados que temos a perspectiva de que a curto prazo possamos ter perspectivas para remediação da área.

Presidente- Queria também registrar a perda lamentável do técnico Cláudio e particularmente da Fabíola. A Fabíola é uma companheira, posso dizer, formadora desse Comitê, trabalhando conosco desde 94, quando fizemos reuniões da minuta do estatuto do Comitê de bacia. Só para registrar, é lamentável sob qualquer aspecto a perda da companheira Fabíola em nossos trabalhos, e o Cláudio também, que é um grande técnico.

Maurício Dantas- Representando prefeitura municipal de Itu- Bom dia. Itu realizou em 27/02, gostaria que fosse registrado, o plantio concentrado de mudas de espécies nativas e plantamos em uma hora 30.550 mudas, com mais de 10.000 pessoas participando, principalmente estudantes da rede municipal e estadual. Foi uma atividade que mobilizou toda a sociedade e teve grande repercussão. Depois vamos disponibilizar esse material em vídeo, foi tudo muito bonito e interessante e Itu deve propor algumas ações como por exemplo a partir desse ano todo dia 27/02 desenvolver outros plantios e o objetivo maior é que outros municípios também possam e devam desenvolver atividades parecidas com essas para uma boa representação. Obrigado.

Presidente- Meus cumprimentos ao pessoal de Itu, parabéns, e é isso, precisamos de mais divulgação, sempre divulgar e para nós também divulgarmos pela bacia à fora e o trabalho realmente deve repercutir toda a bacia. Para iniciar os trabalhos referente a Fundação Agência de bacia vou chamar a Dra. Eleusa.

Dra. Eleusa – Representante do município de Piedade. - Bom dia a todos. Pretendo ser muito breve como me solicitou a Secretária Executiva. Pretendo fazer explanação das questões jurídicas na formação da Agência e dos motivos pelos quais ela veio a integrar nossa legislação. No estado de São Paulo no decorrer de 1991, surgiu a lei 7663 que instituiu a política estadual de recursos hídricos, para o sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos. Na ocasião a legislação contemplou a implantação das agências de bacia hidrográfica. Só que cria algumas restrições, o artigo 29 diz que é nas bacias hidrográficas, quando outros problemas relacionados aos recursos hídricos assim justificarem. Então temos que ter essa necessidade justificada para implantação da Agência de bacia. Com um estudo que fizemos para o plano de bacia ficou claro que temos essa necessidade, nós temos problemas com índice baixíssimo de vegetação, de erosão, enfim, há justificativas para implantação da

Agência. A decisão é do Comitê com a aprovação do CRH, o que já ocorreu. Qual a importância da Agência? O parágrafo primeiro contempla que a Agência de bacia exercerá as funções de Secretaria executiva do Comitê de bacia hidrográfica, que terá seguintes atribuições: elaborar periodicamente o plano de bacia hidrográfica submetendo-o ao Comitê de bacia, encaminhando posteriormente ao CORHI com proposta para a integrar o plano estadual de recursos hídricos-PERH. No plano de bacia temos todo diagnóstico e situação da bacia hidrográfica. No inciso II temos, elaborar relatórios, III referenciado os recursos financeiros do FEHIDRO pertinentes à bacia hidrográfica gerado pela cobrança pelo uso da água e os outros definidos pelo artigo 36 em conformidade com o CRH e ouvido o CORHI. O que significa? Não é apenas o dinheiro da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o artigo 36 estabelece e elenca todos os recursos que o FEHIDRO pode receber, o primeiro elenco é também competência da Agência, inclusive receber recursos de entidades privadas ou públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, existe esse leque muito grande de possibilidades para a Agência trabalhar e executar seu papel dentro da bacia. No parágrafo segundo reiterava uma restrição, somente serão criadas a partir do início da cobrança pelos recursos hídricos, e terão sua vinculação ao Estado e organização administrativa, além de sua personalidade jurídica disciplinadas na lei que autoriza a sua criação. Isso foi em 1991, seguindo uma política nacional de implantação de agências. Só poderíamos estar criando e implantando a Agência se já estivessemos com a cobrança implantada. Ocorre que em 98 a lei 10.020 cria outras possibilidades de implantação da Agência que efetivamente foi o que ocorreu em nossa bacia. Porque a lei 10.020 estabelece no artigo segundo que você pode implantar Agência desde que você consiga a adesão de no mínimo 35% dos municípios e 50% da população da bacia. Quando a lei 7663/91 diz que o Comitê de bacia só pode implantar a sua Agência depois que Estado autorizar por lei própria e intitular qual a personalidade jurídica e a 10.020 diz que a personalidade jurídica da Agência de bacia é Fundação de direito privado, ou seja não é criada por lei, é instituída. Por isso que a 10.020 também exige que 35% dos municípios que tenham ao menos 50% da população da bacia, e foi o que fizemos com os municípios instituidores da nossa Agência: Alumínio, Anhembí, Araçoiaba da Serra, Bofete, Boituva, Cabreúva, Cerquillo, Cesário Lange, Conchas, Ibiuna, Iperó, Jumirim, Laranjal Paulista, Mairinque, Piedade, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Salto, São Roque, Sorocaba e Vargem Grande Paulista e como representante da sociedade civil a associação ecológica Icatu e representante do Estado a antiga Secretaria de Saneamento, Recursos Hídricos e Obras, constituído por escritura pública em 06/01/2003 a Fundação da Agência bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê. Assim foram, 22 municípios representando 64.7% dos municípios da bacia contando com um universo de 66,25% de sua população. A instituição da Fundação Agência é consequência de uma demanda da própria bacia hidrográfica que hoje podemos constatar com o estudo do nosso plano de bacia. É uma demanda. Pelo esforço dos membros do CBHS-SMT decidiu em 11/09/98 pela Deliberação 33 pela constituição da Fundação Agência de bacia, só que até chegar nessa data, houve um trabalho muito grande do Comitê, eu sou ainda bebê no Comitê mas consegui levantar todo esse histórico, foi criado através do CT Planejamento e gestão dos recursos hídricos-PLAGRHI uma comissão especial que passou a estudar a Agência, as questões da cobrança, com um trabalho árduo, muito bem elaborado, que chegou à instituição da Fundação e em 29/11/2002 através da Deliberação 108 o Comitê elegeu o Conselho Deliberativo que indicou a diretoria ad hoc, tendo assumido à época como Presidente o Prefeito de Jumirim, na sequência com prorrogação de mandato, e em 30/01/2004, através de outra Deliberação, a 147, foram reeleitos os membros do Conselho e foi indicado um novo Presidente, que seria a Fiesp na pessoa da Engenheira Lucy Muniz Brandão, e em outubro de 2006, pela deliberação 182, foram eleitos novos membros para o Conselho Deliberativo e foi indicado como Presidente o Prefeito de Iperó Marco Vieira Campos aqui presente, todos com mandato estipulado até

janeiro de 2008. Constatou da deliberação o prazo de mandato, só que isso não ocorre no dispositivo da lei 10.020 que entende o mandato prorrogado até a posse da nova diretoria do novo conselho. Hoje estaremos elegendo dois terços do Conselho Deliberativo, haja vista que o Conselho Deliberativo da Fundação segue o mesmo molde do Comitê, é tripartite, um terço de municípios, sociedade civil e do estado, e o estado já fez a indicação, a sociedade civil na reunião citada pelo Presidente já elegeu, já preparou a indicação do seu conselho, como também a indicação do Presidente. Logo em seguida vamos passar aos trabalhos. Quero deixar uma coisa clara, surgiu uma dúvida lá fora, o Prefeito de Itu me colocou, qual o impedimento dos Prefeitos assumirem o Conselho Deliberativo? Nós estamos em ano eleitoral, não existe impedimento, o Conselho Deliberativo não é composto por pessoa física, o Presidente indicado é pessoa física, o conselho é composto por instituições, tanto que não tem suplentes, são municípios, não é pessoa física do Prefeito, é o município, o Prefeito pode indicar um representante legal para representá-lo nesse conselho porque o representante é o município e o representante da sociedade civil é a instituição, a entidade, não é pessoal, e a entidade faz a indicação de seu representante legal. Ficou claro? Hoje também estará sendo indicada a presidência, a qual passará pelo crivo do Conselho Deliberativo, eleito, e se der, empossado ainda hoje. Como a sociedade civil já se compôs, e o Estado já fez indicação, será solicitado pela mesa que os Prefeitos se reúnam efetivando sua indicação dos seis membros, para os seis municípios que compõem o Conselho Deliberativo. Tanto a indicação de um terço dos municípios quanto da sociedade civil irá passar pelo crivo da eleição da plenária do Comitê, o Comitê elege o Conselho Deliberativo, e aprova a indicação do nome, da pessoa física, para a presidência, quem elege o Presidente, o Conselho Deliberativo, quem indica a diretoria, é o Presidente, e é o Conselho Deliberativo que aprova como também indica o seu Conselho Fiscal, que também é tripartite, com um representante de cada segmento. Para concluir, uma questão urgente, quando os 22 municípios instituíram a Fundação Agência de bacia através de uma escritura pública, se comprometeram em integralizar cotas, cada município levou para sua Câmara municipal um projeto de lei e que foi aprovada se transformando em uma lei municipal, autorizando o Prefeito a fazer essa integralização dessas cotas partes, infelizmente isso não ocorreu. A Fundação Agência de bacia é fiscalizada não apenas no seu Conselho Fiscal, mas pelo tribunal de contas do estado, como também pelo MP que ocupa a função de Curador de Fundações, isso está sendo cobrado, e é urgente que se efetive, porque os municípios estão como devedores hoje perante o MP e o Tribunal de Contas. Na sequência, urgência na regularização documental, porque ao assumir o novo mandato, isso se fará urgente, porque a Agência está criada, implantada, precisa ser regularizada, e vou estar à disposição como tenho ficado todo esse tempo até porque faço parte e represento o Comitê junto à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais do CRH, e a minha função é dar essa cobertura. Uma terceira situação é da responsabilidade pela cobrança, porque a lei 12183 que instituiu a cobrança coloca que a competência para cobrança é do DAEE, se não tiver Agência implantada. A Fundação hoje não tem estrutura, aparato para elaborar, implantar e implementar a cobrança, deverá ser passado uma autorização, celebrando um convênio com o DAEE, em um primeiro momento o Comitê celebra e o futuro Presidente ratifica. Para concluir, no estado de São Paulo existem apenas duas Fundações, a do Alto Tietê e a nossa. Caso tivéssemos uma situação de extinção da Agência, da nossa Agência, uma situação lamentável, o MP iria propor ação de cobrança contra os 22 municípios para integralizar suas cotas partes, a lei prevê que na extinção da Agência seu patrimônio seja destinado para uma entidade similar, e o dinheiro seria remetido para o Alto Tietê. Temos também os que não são Fundações, o PCJ e o Paraíba do Sul, trabalhando com outro tipo de figura, consórcio, porque são bacias que extrapolam o estado de São Paulo, o PCJ vai até MG, Paraíba do Sul pega Rio de Janeiro e Minas, e nossa legislação impõe que o formato jurídico da Agência seja Fundação de direito privado e autoriza o estado a participar da

Fundação, mas Minas tem uma legislação que proíbe o estado de participar de Fundações de direito privado, há incompatibilidade, o que dá um problema muito sério porque 10% dos recursos da cobrança é destinada para manutenção e implementação da Agência e eles não podem fazer esse uso e isso realmente faz muita falta como dizem o pessoal do Paraíba do Sul e do PCJ na estrutura da Agência para que possa elaborar suas avaliações, relatórios, enfim, mas nós não temos esse problema, nossos rios são exclusivamente estaduais na nossa Agência.

Francisco Antônio Moschini – representando INEVAT e Prefeitura municipal de Salto- Você falou que existe uma cobrança do MP e do Tribunal de contas referente a cobrança das cotas, qual é o prazo? E também, desde que a Câmara aprovou a lei? É um esclarecimento. Muito obrigado.



Dra. Eleusa- O prazo para integralizar era de imediato, era na instituição, porque em uma instituição comum os instituidores, pessoas beneméritas que decidem pela instituição de uma Fundação é condição sine qua non da existência da Fundação a integralização do seu patrimônio. Aqui na nossa bacia o MP, o Dr. Marum que é o Curador das Fundações, foi generoso de não ter feito as exigências na época, o mesmo não aconteceu no Alto Tietê, lá o MP exigiu um patrimônio considerável, um imóvel, que fica na Bela Vista. Em várias reuniões tenho acompanhado a Secretária executiva, a Lucy que também têm participado efetivamente, na última reunião o Presidente Wendell esteve junto com o Dr. Marum, ele foi absolutamente claro, lá atrás foi complacente, ele não está mais sendo complacente, ele quer a Agência andando. Existe a lei que fala sobre a cota parte dos instituidores, existiu em um período uma deliberação que previa uma parcela mensal dos municípios com relação ao número de habitantes, só que para isso não tem lei municipal aprovada nos 34 municípios, os componentes da bacia, o que temos é dos 22 municípios, com lei municipal aprovando suas cotas partes, por sinal todos estão citadas na escritura pública. Temos duas coisas de que estamos falando, uma é da instituição e a outra é o custeio, tem a mesma lei municipal, temos todas elas, que fala também do quando seria a instituição, mas isso não é para agora, agora está sendo solicitado só essa questão do patrimônio. A escritura cita o número de cada lei dos municípios. Isso é uma questão imediata.

Maurício Tavares- Representante segmento sociedade civil entidade Associação Holística de Participação Comunitária e Ecológica “Núcleo da Terra” – AHPCE – de São Roque - Bom a dia todos. Tenho algumas dúvidas. Com certeza não são todos municípios que aprovaram suas leis municipais para esse custeio, o que é uma grande preocupação porque são cotas, são sócios só que não estão aprovadas, os que conheço não tem a aprovação municipal para custear. Segunda pergunta, quanto custa à bacia, quanto custa a Agência, quanto custa hoje mantê-la. Como você falou que hoje a Agência não tem estrutura para cobrar, tem de ser dado o convênio pelo DAEE, como você explicou, quero saber por exemplo, dessa cobrança, qual é a porcentagem para ser sustentável, a porcentagem em relação à arrecadação, quando ela custa hoje para o Comitê, para o custeio, são técnicos que vão ser contratados. Gostaria de também saber por exemplo, quem por exemplo é assalariado dentro da Agência, o Presidente, seu Conselho Deliberativo, quem? Quantos técnicos, diretores técnicos. Me falaram, se não me falha a memória, o potencial de arrecadação da Agência englobando os 34 municípios seria mais ou menos de 20 milhões. Gostaria de saber quanto custa a Agência e se o DAEE hoje tem essa estrutura para auxiliar essa cobrança.

Dra. Eleusa- Primeiramente, de todas as diretorias, só é remunerada na diretoria o Presidente e sua respectiva diretoria. Até aqui nesses cargos, sempre, não receberam vencimentos algum, até porque no caso de Prefeitos, não poderiam ter vencimento, nos demais casos como foi da Engenheira Lucy, sempre houve opção de não ter vencimentos, acredito que será a postura da próxima diretoria que está se desenhando. O custo da Agência é uma coisa que vai ter de ser analisada, até onde pode se dar o passo, não é possível imaginar que vamos eleger a diretoria hoje e amanhã sair contratando. Caberá a essa diretoria esse levantamento, de suas necessidades, o que se poderá fazer, e em contrapartida mesmo o DAEE não tem toda estrutura. A Jussara poderia até explicar com mais detalhes, está sendo contratada uma empresa, o termo de referência-TR já está pronto, para fazer a compatibilização de dados e tudo isso. Isso não está acontecendo apenas conosco, aconteceu também no PCJ, eles também contrataram uma empresa para essa elaboração, enfim, para dar todo andamento da cobrança. Quanto custa a Agência é competência do novo conselho e da nova diretoria fazerem cronogramas, levantamentos, traçando uma meta, um plano de ação. Se ficarmos discutindo a viabilidade ou inviabilidade disso e daquilo, não vamos conseguir dar bom

andamento na estrutura da Fundação Agência. Até foi sugerido na reunião da sociedade civil, o Presidente pode confirmar, de efetuarmos também um prazo para que esse novo conselho, a nova diretoria, nos apresente seu plano de ação.

Maurício- Uma complementação da proposta, acho que somos solidários à Agência, porque para começar a cobrar ela precisa ter técnicos, para elaborar projetos. Acho que a proposta é fazer um orçamento da Agência. Você não pode ter um projeto, entendeu, sem ter um orçamento.

Debates (falas ao mesmo tempo)

... só queria colocar, o que deve ter acontecido no Alto Tietê, há denúncias no Alto Tietê que aconteceram desvios de verbas, então acho que isso é um exemplo e que nós precisamos de um orçamento para nossa Agência.

Dra. Eleusa- Esse conselho após eleito e empossado, a nova diretoria, podem concluir, é competência deles, que é melhor fechar a Agência. Faz um parecer, elabora todo o projeto e entrega na mão do MP, quem decide se fecha ou não, não somos nós, agora é o MP que é o Curador, a competência daqui para frente deixou de ser nossa, e sim do futuro conselho e do MP.

Secretária Executiva- Maurício, essas dúvidas são as que temos que discutir mesmo. Nós temos um projeto do Comitê aprovado, pela Fundap, foi feito um desenho da Agência, que tipo de Agência queremos, queremos uma Agência que faça projetos o que contrate projetos, com todos funcionários fixos ou que trabalhem por projetos. Na época, foram feitas audiências onde discutimos isso, ficou aprovado a estrutura mínima, enxuta, tendo o diretor-Presidente do primeiro momento sem remuneração, e duas diretorias, uma financeira- administrativa e uma técnica e a gestão seria feita por projetos, na medida em que entram os projetos, por exemplo fazendo o relatório de situação da bacia, contratando as pessoas para esse projeto, sem corpo fixo. Isso acho que pode ser discutido, mas foi aprovado no passado. Os valores, temos aqueles do passado, precisaria ser atualizado, deveria já ter sido atualizado, acredito que isso é papel dessa administração que for eleita e empossada hoje. Temos uma estrutura enxuta sim, para esse orçamento. A lei diz que até 10% do valor arrecadado para a cobrança pode ser utilizada para o custeio da Agência, com esses recursos poderemos contratar pessoal, o PCJ por exemplo, agora, está com uma dificuldade grande, por não terem Agência estadual, só federal, não podem utilizar esses 10% para melhorar a estrutura da própria Secretaria executiva que é realizada pelo estado, todos vocês sabem como funciona isso, trabalhamos com precariedade de funcionários e estrutura. No futuro, é verdade, depois que implementarmos a cobrança, serão todos cargos assalariados, quem define o valor do salário é o Conselho Deliberativo, que passa também pelo Comitê de bacia, de todos, diretor-Presidente e dos diretores e do corpo que for necessário, secretária, etc. Também temos o Conselho Fiscal, o primeiro elemento que faz a fiscalização da Agência, na verdade quem elege o Conselho Fiscal é o Conselho Deliberativo, mas tem os representantes indicados pelos três segmentos. Acho que é isso, as perguntas são super importantes e têm que ser feitas, precisamos pegar aqueles valores, tínhamos os salários, mas isso já faz muito tempo e saber efetivamente o quanto significa hoje.

Presidente- Agradecemos as participações, tirando as dúvidas, assim que esclarecemos as coisas. Chamamos o Prefeito de Iperó, Marco Antônio.

Marco Antônio - representando segmento municípios Prefeito de Iperó, ex-presidente da Fundação Agência de Bacias do SMT- Bom dia Presidente Wendell, Prefeito Jair Cassola, que sempre participa e nos apóia, Jussara, Secretária executiva, demais presentes, sociedade civil, segmento do estado, senhoras e senhores. Pedi essa fala para transferir um pouco da minha experiência com Presidente indicado e não tendo tomado posse, e passar para vocês minhas análises, reflexões, minhas discussões com o MP, que não é nenhum bicho de sete cabeças como foi colocada aqui, fazendo-se a coisa de maneira correta, por isso estou sempre à disposição para esclarecer, somar e defender o interesse público, então todos nós aqui, uma entidade tripartite, não precisamos ter medo porque temos quórum suficiente para saber se há alguma coisa que está fora do caminho e o MP simplesmente ratifica, ou não, nossas decisões e colabora com o processo de construção. Foi colocado de uma forma meio que como um susto para todo mundo, que têm de colaborar. Vou colocar para vocês esses pontos agora. Quando eu fui indicado para a presidência, foi feita a indicação lá atrás como vocês falaram, eu desconhecia totalmente a Agência, os atos institutivos, deliberações, que sempre foi colocado como foi colocado hoje "não, foi discutido lá atrás", eu gostaria de saber aqui se algum Prefeito, ou representante das entidades civis tem cópias de todas deliberações dessa Agência, e do que estamos decidindo aqui. Por favor, levantem o braço. Tem mais alguém? Segundo ponto, queria saber se algum Prefeito, Presidente tem alguma noção do valor a ser depositado e que possa falar esse valor de todos os municípios. Terceiro, desde quando isso acontece? Poderia perguntar para vocês muitas outras coisas. Vejo aqui presente o Darci, a Lucy que foi Presidente, e eu também que fui indicado, todos com boas intenções de melhorar a capacitação de recursos, a infra-estrutura, e as condições, mas isso tem que ser discutido de uma maneira não impositiva e não sem ter todos os dados para todo mundo. Eu não tenho cópia, procurei acesso uma vez e não consegui, mas continuei trabalhando e tentando entender o mecanismo. O que acho mais importante aqui é discutir os mecanismos para que nosso Comitê possa, no mais breve de tempo possível, criar as condições para que nossa bacia seja recuperada, respaldada e tudo que sonhamos aqui possa acontecer. Ficamos em um período sem as nomeações do estado, isso me causava estranheza, no primeiro momento. O Nobel, a UNISO dispôs do seu corpo jurídico para tentar orientar e também regulamentar estatutariamente, tendo em vista que ela foi constituída antes da nova lei do processo civil, e até temos que atualizar o estatuto para acertar essa parte. Naquela época trabalhamos com metas e planos e está se falando que a nova diretoria as poderia fazer, como se no passado não tivesse sido feito. Nos causava preocupação e eu comecei a andar pelo estado e conversar com o Secretário, com a casa civil, com toda a estrutura de São Paulo para tentar entender porque não nomeavam. Porque também o modelo não estava claro para o novo governo que estava entrando, porque como disse o Maurício, o Alto Tietê também teve um problema sério. A intenção colocada aqui pela Doutora, as instituições não vivem de boas intenções, vivem de documentos, Atas, determinações, que têm que ser cumpridas. Porque se assim não for, aí sim abre brechas, como o que aconteceu no Alto Tietê, para o MP ter que intervir porque há desvios de verbas. E, nós Prefeitos sabemos quanto isso é importante, e talvez alguns de vocês por não viverem o lado de cá, de ter de assinar cheques, sermos responsabilizados por isso, não tenham a intenção e com isso se coloca o medo em cima dos demais. Então precisamos de um tempo para fazer as coisas certinhas. Agora, se deixar brechas para acontecer coisas erradas, como já aconteceram problemas como a primeira Agência estadual do Alto Tietê que já está sob intervenção. Pela constituição de nossa Agência, foi feita como foi dito aqui, e no seu artigo 28, até o Ministério Público, o Dr. Marum, já reconheceu, que o patrimônio será revertido proporcionalmente a quem doou. Um erro, e vai estar comunicando como a gente vai fazer essa correção, e ele funciona como foi dito, vai ser transferido para uma outra Agência, porque essa é a lei maior, não temos como seguir uma lei menor acima da lei maior. Passando essa fase, em uma fase seguinte comecei a ler mais para poder entender a

constituição da Agência para saber se, de fato, precisávamos da Agência. Porque ficou em minha mente uma declaração do Prefeito Cassola, lá em Laranjal Paulista quando foi feita a eleição, e ele falou "mas porque a Agência, nós temos o CERISO", e eu, que sou Prefeito de primeiro mandato, procurei entender um pouquinho isso, e comecei a olhar sempre para a atividade fim, que eu chamo, que são os recursos para você facilitar lá na ponta final, projetos de recuperação de mananciais, projeto de drenagens, recuperação de rios, de despoluição, o que for, que entender as atividades meios, que precisávamos fazer para chegar nisso, precisamos dos projetos, análises, plano de bacia. Como fazer isso acontecer da forma que a Jussara falou aqui? Tento uma Agência com funcionários constantes, concursados por concurso público e depois lá na frente também temos todas as dificuldades. Ou termos uma entidade, seja ela qual for, que possa contratar serviços através de constituições específicas, seja por municípios, captações, o que quer que seja. E, também comecei analisar a estrutura, como foi perguntado aqui, quanto custa tudo isso? A estrutura, na hora que somei, ficava caro, os valores de acordo com os salários aumentam, e de repente vai ser cada vez mais. Mas que vamos precisar de técnicos vamos, nunca falamos que não precisaríamos, e em certo momento comecei a me preocupar porque certos dogmas são colocados e não ficam claros. Tem que ter Agência para ter cobrança, tem que ter isso para acontecer aquilo. E conversando com o estado, entendendo os outros comitês, tive a grata satisfação, na nossa reunião em Piedade, com o Secretário Xico Graziano presente, que falou na presença de todos que não precisava da Agência para efetuar a cobrança, quem estava presente em Piedade por favor? Todos escutaram o que o Xico Graziano falou lá. Então, lá atrás, essa reunião já foi o ano passado, não foi? Fizemos na sequência umas reuniões, o Prefeito Vitor Lippi, Presidente do Comitê, e eu falava, Vítor, eu sou teoricamente o Presidente de uma Agência, que teria a função de arrecadar e entendo que a Agência não tem que ter essa função no momento, sendo que existe um Presidente do Comitê. E, assim começamos a dividir as responsabilidades, o que é bom porque precisamos de técnicos, mas existem certas concentrações de estrutura de poder, ou qualquer outro nome que queriam dar, que não podem deixar problema para nossa bacia no futuro, e eu acho que cabe uma reflexão, eu falava isso. Nessas reflexões, fui ver porque o PCJ tem a Agência deles, como foi falado aqui há pouco, de um Comitê que tem certa atuação e resultados bastante consideráveis. Então temos muito que aprender com o PCJ, mas também não sei se é por esse caminho, e continuei trabalhando para poder entender porque no final sempre falo que não tem almoço grátis, alguém paga essa conta. Na conversa que tivemos, também como o Vítor e o Secretário, o Secretário sempre colocou o corpo dele à disposição, a Jussara, a Rosângela e tantos outros que estão aqui. Então estaríamos economizando em estrutura e não aumentando os custos em um sistema que já é carente de recursos, então como vamos fazer para acontecer? Será que é esse o caminho, ou será que temos que puxar a responsabilidade para o Comitê sendo que podemos com o apoio da política da bacia com 34 municípios, cidades grandes aqui como Itu, Sorocaba, chegarmos no estado e começarmos a fazer reflexões como essas tendo um Secretário atuante como o que temos e podendo assim criar uma estrutura para podermos interagir com mais velocidade, com menores custos para sobrar mais dinheiro para a atividade fim do sistema e não para que ela fique perdida na atividade meio e em contratos específicos como da renovação do plano de bacia. Se faz uma chamada de capital como se faz em qualquer empresa ou entidade e se faz o serviço ou determinar a contratação de profissionais. O Dr. Marum sempre esteve à par de todas essas conversações, porque quando me foi dada a responsabilidade pela Fundação Agência, eu não estranhei muito porque sou mantenedor de uma Fundação educacional há mais de oito anos, e meu curador também é o Dr. Marum, e é uma Fundação de direito privado também, e sempre vi no Dr. uma pessoa de muito bom senso, tudo que estou falando com vocês falei claramente com o Dr. Marum, e ele ficou com esse interrogação também, e ele falou "no mínimo vamos ter que arrumar as coisas aí,

para até entendermos como vamos fazer as coisas depois", porque o que tem que ser feito aqui, quando foi criada a Agência e tudo isso, a lei que estava em vigor era uma, a proposta de lei encaminhada para a Assembléia era uma, a lei que foi aprovada da cobrança mudou consideravelmente desde que entrou na Assembléia, e então como é uma situação nova também temos que rever os conceitos, quando foi criada no ano de 92, entendo o trabalho de todos, os esforços de todos os técnicos, mas o mundo gira, temos que resolver entre nós e levar essa reflexão para discussão e verificar, o que você tem que fazer. Com o Dr. Marum nessas reflexões ficou a questão do CERISO, da Agência, das contribuições, a divisão de poderes, será que isso é bom, porque não, por exemplo, o Presidente do Comitê acumular a presidência da Agência sendo que a Agência exerceria a Secretaria executiva do Comitê? Como isso vai cruzar com nossas estruturas, ao ponto de quando fui chamado na reunião, para vocês entenderem, e foi dito que eu não tinha relacionamento positivo com os membros do Conselho, o Conselho se reunia e não comunicava, "Como sou Presidente de uma entidade, indicado e o Conselho se reúne e não comunica?". Se no discurso estamos querendo construir um processo, que o processo está em construção, qual o interesse que pode estar acontecendo de levar a coisa por esse lado? E, eu fui claro naquela reunião, fui até um pouco sem educação, que era uma reunião no gabinete do Vitor, com a própria Dra. que acabou de me preceder, eu falava assim "estão falando muita coisa, para que me provem, no estatuto onde está escrito isso", e não estava escrito no estatuto, então é isso que chamo de dogma, tem que ter cobrança, tem que fazer isso, não tem, o próprio Secretário falou, gente. Reforço, entendo que temos que ter técnicos para analisar, colaborar e etc, reforço que temos que ter meios para captar recursos, no Brasil, exterior, no mundo inteiro, para ajudar a gente a recuperar as áreas degradadas, áreas contaminadas, não discuto nada disso, sou uma ambientalista de primeira categoria se quiserem discutir comigo, sou industrial e minhas indústrias têm a ISO 14000, entendo que esses são interesses que todos nós na bacia temos que defender, mas temos deixar claras algumas regras de por que e como vamos fazer isso acontecer, então, continuando os trabalhos, agora na reta final, já não mais Presidente, perdendo o mandato, mas continuei a função, achava que, é um tema que me agrada, é importante para nossa região, e temos 34 municípios e não 22 como falaram, o meu município por exemplo teve de contribuir na instituição da Agência, que se pegarmos a data de hoje, o meu município é o único que já depositou dinheiro na conta, foi feito na data de ontem, porque em comum acordo com o Dr. Marum, conversando muito e refletindo, ele falou que deveríamos começar a regularizar a situação da Agência e até para podermos refletir como a Dra. falou, devemos integralizar o capital, abrimos uma empresa e não temos capital. Estamos há três mandatos discutindo nossa empresa, ninguém pôs nada no negócio, somos todos acionistas, e estamos aqui querendo dividir os lucros, tem alguma coisa errada nisso aí. Mas constitucionalmente e documentalmente foi instituída lá atrás e existe uma responsabilidade e o Dr. Marum já abriu o inquérito civil. Não se assustem, é um documento que o Ministério Público pede esclarecimentos e eu pedi para levantar os dados da minha prefeitura desde 2003, há cinco anos atrás, com boas intenções, absolutas boas intenções, mas como falei, como vamos fazer para isso acontecer? E o prazo que perguntaram, 60 dias a partir da notificação que está sendo feita a partir de agora, para que todos depositem a enorme quantia de R\$200,00 que é o capital da maioria, a ICATU deu mais, deu R\$1.000,00, era só isso que tínhamos que fazer para começarmos do 0 a 0 e começarmos a refletir o que queremos para essa Agência, porque na hora que falamos que presidentes e diretores não receberam nada, ficaram como voluntários, porque têm postura. E se chega alguém que não tem postura como que fica? Vamos ter que contratar por concurso público, com toda a demanda, estabilidade, mudanças, a maioria aqui da parte pública, são passageiros, os Prefeitos tem mandatos. Então eu gostaria de deixar todos esses pontos como reflexão e pedir para que nós nesse momento, decidíssemos, não pelo fim da Agência, nunca pedi isso, sempre pedi a reflexão de todos os lados, mas antes de fazer

qualquer coisa com a Agência, tem que haver um debate mais forte para qualquer lado que formos. Eu tenho certeza de que muito do que falei aqui é novidade para a maioria de vocês, alguns que participam mais efetivamente podem ter notícias maiores, mas merece mais reflexão. Qual o futuro de nosso estatuto, qual queremos fazer, qual o trabalho que queremos e por onde começar, esses são os pontos que queria deixar como contribuição para analisarmos como o próprio Prefeito Cassola há dois anos atrás falou e na época eu entendi o que ele falava. Se é esse o momento de fazermos, ou se é o momento para fazermos via DAEE a cobrança, como já foi acertado pelo Piracicaba. Começarmos a sentir a arrecadação e daí sim analisarmos, conseguindo recursos com o FEHIDRO para começarmos a trabalhar até conseguirmos resolver o problema, e daí sim sentarmos já com todas essas discussões, porque como disse, nossa empresa não começou. Muito obrigado.

Presidente- Só para esclarecimentos, com respeito às prefeituras, quem são os instituidores e os valores, tudo está naquela escritura, desde 2003, todos Prefeitos de 2003 para cá deveriam saber o que está escrito naquela escritura. Com relação ao Secretário, realmente ele disse lá em Piedade, e em conversas com ele também, e no momento em que ele indica os representantes do Estado para nossa Fundação Agência, não vejo obstáculos por parte do Estado para que a gente continue o trabalho da Agência, é uma demanda muito antiga nossa e agora temos os representantes do Estado. Fomos conversar também com o Dr. Marum e ele usou a expressão "botar esse carro para andar", não achamos inconveniente nenhum, muito pelo contrário, está dando todo apoio, e por isso têm esse prazo de 60 dias para cumprir, não tem nenhum bandido aqui, como ele disse será resolvido o problema e com relação ao receio de que no futuro pode acontecer algo como no Alto Tietê, não vejo assim, se não partimos do princípio que trabalhamos com pessoas competentes e honestas é melhor parar.

Secretária Executiva- Acho tudo isso ótimo, e como esse colegiado também se renova é importante que essa discussão ocorra. Como representante do Estado e indicada pelo Xico Graziano para compor o Conselho Deliberativo da Agência, diria que essa discussão que o Marco coloca muito corretamente, agora considero superada. É verdade que no início do governo, o Secretário estava indeciso, e que naquela reunião em Piedade, ainda no início do governo, ele não sabia direito qual seria o posicionamento em relação à Agência, embora já tivessem um grupo estudando o assunto, inclusive a Eleusa, faz parte, é uma Câmara Técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Na medida em que a situação do Alto Tietê, que era a que estava complicada, foi equacionada, então a posição do governo foi muito clara, e se apresenta na medida em que ela faz as indicações. Todos os Secretários fizeram indicações de seus representantes para nossa Agência, então acho que é uma discussão até superada dentro do governo. O Xico tem razão quando fala de que não há necessidade de haver Agência para efetivar a cobrança, não há mesmo. A lei diz onde não houver Agência de Bacia quem vai exercer a cobrança é o DAEE, isso está claro, sempre soubemos disso. Agora, a lei prevê a existência da Agência para ser o braço executivo do Comitê e para complementar o sistema integrado da gestão dos recursos hídricos regido pela 7663, porque o Comitê de bacia não tem figura jurídica, não tem condições de contratar um serviço, pessoal, não tem autonomia. E, isso que o Marco fala (que é verdade!) que os representantes do Estado estão à disposição, acaba gerando esse funcionamento precário, que outro dia a Rute ligou para mim, eu estava em uma reunião em São Paulo, e ela falou: "escuta, o Comitê fechou ? Estagiários não tem mais, secretária não tem, você não está, a Rosângela não está...". É isso, é assim que funciona, nós estamos à disposição, mas fazemos inspeção de controle, participamos de todas reuniões, não temos secretária, bom... agora temos um estagiário sem remuneração. E, justamente tendo essa estrutura do Estado, é que se pensou em uma figura jurídica que é a Agência de Bacia, para ser o braço executivo do Comitê. O

Comitê, como sendo o grande parlamento das águas, que reúne a bacia, que discute as políticas de água, a política pública de água da bacia e uma estrutura executiva para executar toda a demanda das reuniões. A lei dá essa possibilidade de termos esse braço executivo para sairmos desse primarismo que temos hoje, a gente que eu falo sou eu, a Rosângela, o Renato, que tem dois funcionários, incluindo ele. E, temos três Câmaras Técnicas, que vamos nós três, se cada uma tem 3 Grupos de Trabalho, nós que estamos em todas as reuniões, se tem reuniões da CRHi – coordenadoria de Recursos Hídricos, e mais um monte de reuniões de Câmaras Técnicas, é a gente que tem que ir. Então fica realmente muito difícil. Hoje o PCJ está sorrindo feliz da vida porque com a Agência Federal, tem uma série de coisas que eles não cuidam mais. O reenquadramento, por exemplo, é com a Agência. Lógico, dá uma tranquilidade ter uma estrutura dessas, e está fazendo seu papel. Retomando, é verdade: onde não existe Agência de bacia não há necessidade de criar para efetivar a cobrança. A não ser que o Comitê entenda que é importante ter a Agência, que é o nosso caso, analisamos à época e havia alguns comitês dos 21 que existem no estado que são arrecadadores vamos dizer assim, que tem uma atividade industrial grande, atividade agrícola, e nosso Comitê entendeu que, por ter essa característica, seria importante que nós mesmos fizéssemos o gerenciamento da cobrança e não deixássemos com o estado, por isso instituímos nossa Agência de Bacia, sabendo que a cobrança ainda não tinha sido aprovada, e com o compromisso dos municípios..., e gostaria de fazer um aparte, acho maravilhoso o que o Marco sobre falou a falta de informação, porque dá brecha para falar uma coisa que nos angustia tremendamente. Nós mandamos todos documentos para todo mundo. Para vocês terem uma idéia, para chamarmos uma reunião do Comitê, que nós combinamos aqui, quando será a próxima reunião e todos saem daqui sabendo a data e o município, nós (secretaria executiva) mandamos convite e depois, um monte de gente, você podem dizer se é verdade ou não, telefona pra confirmar recebimento e presença, a Secretaria Executiva liga, o município anfitrião liga também, o NUPLAN Departamento de Planejamento da prefeitura de Sorocaba que está dando apoio ao Comitê liga também, para todos membros. E é impressionante como, especificamente, na sua maior parte os municípios, sempre dizem que não receberam, quer dizer, existe alguma falha de comunicação. Talvez, dentro das prefeituras, mas isso não ocorre só com as prefeituras não, também na sociedade civil e no estado, dizem “ não recebi”, sendo que já falou com alguém do NUPLAN, das prefeituras ou está falando com a gente. Precisamos ver qual o problema de comunicação. Voltando ao assunto, todo o material é mandado, não temos a menor intenção de omitir nada, aliás para nós quanto mais gente tiver acesso sabendo de tudo que está sendo discutido e ler, melhor. Nós entregamos em papel e aliás no futuro não vamos imprimir mais nada, vamos mandar só por e-mail e vocês imprimam se quiserem, porque é assim que a coisa funciona mais rápido. Então a resposta até pequena que teve Marco, quando você perguntou se alguém tinha conhecimento dos documentos, não é de se estranhar. Acho que se você perguntasse quem sabia dessa reunião que estamos, pouca gente levantaria a mão, porque existe esse problema que não sei como identificar. Mas nós enviamos todo o material pra todos os prefeitos, teve, inclusive, um tempo que fizemos um fichário, distribuimos para todos os membros, distribuíamos todas deliberações que tinham sido aprovadas nas reuniões para colocar no fichário. Mais do que isso só se fôssemos juntos e colocássemos no fichário. Depois modernizamos um pouquinho e tudo está sempre no site, Deliberações, Atas que também enviamos com antecedência, exceto da última reunião de Salto que não enviamos. Queria voltar à questão do Estado e dizer novamente que realmente para quem não criou a Agência não há necessidade, o DAEE faz o gerenciamento pela lei, porém para quem criou, e nós já criamos, as alternativas são outras: ou a gente extingue ou continua. E, nisso o promotor foi muito claro conosco, em consulta que tivemos, após a reunião que tivemos no gabinete do Dr. Lippi, onde até combinamos cuidar só da cobrança e deixar a Agência sem definições. Quando fomos conversar com Dr. Marum ele disse "olha, isso não existe, essa

possibilidade não existe. A Agência está criada e não pode ficar acéfala, vocês decidem, se ela vai continuar, tem que ter a ocupação dos cargos, se vocês não tomarem providências, eu vou intervir porque ela não pode ficar acéfala. A decisão é de vocês: ou extingue ou continua. Se continuar promovam a ocupação dos cargos.". Não existe acordo com o estado que ele vá fazer nossa cobrança, muito pelo contrário, Marco. Temos que aprovar hoje, aqui nessa reunião, uma solicitação nossa para o DAEE fazer isso, porque isso é sempre o primeiro ponto que é colocado em todas reuniões que temos com o DAEE. Tivemos uma no mês passado com o DAEE, a Cetesb com a Coordenadoria de Recursos Hídricos sobre a Cobrança na bacia do SMT, e a primeira pergunta que a Leila fez, a Diretora de Outorgas do DAEE ,que está cuidando especificamente da nossa cobrança:"quem vai cobrar no Comitê, a Agência?" Eu já tinha feito uma consulta não formal no Departamento Jurídico da Cetesb e disseram que não havia problema nenhum, não havia necessidade da Agência estar em pleno funcionamento antes da cobrança. Então, é perfeitamente entendível e admissível que se faça um convênio com o DAEE para que ele realize essa Cobrança enquanto nossa Agência não tiver condições de fazê-lo, Agora, temos que solicitar para que o DAEE faça isso, na semana passada fui no PCJ e o Moretti perguntou a mesma coisa, a "quem vai cobrar por vocês, já que vocês têm Agência?" Nós temos Agência, e talvez até a gente tenha que fazer essa consulta formal, bom, então acho que esse é o momento, as alternativas que temos é extinguimos ou continuamos nossa Agência. Em relação ao código civil, citado pelo Marco, à época, o CRH fez uma pesquisa, consultou vários juristas, para saber se havia incompatibilidade com as Fundações Agência de bacia, tínhamos duas criadas, e a resposta foi que não havia nenhuma incompatibilidade, visto que o rol de funções que se coloca dentro dessa nova figura do código civil é muito amplo. Acredito que todas essas questões devam sim ser discutidas para tomarmos um posicionamento bem consciente nessa reunião. Com as eleições, eu espero, eu particularmente acredito no sistema integrado de gestão dos recursos hídricos, espero que a Agência da bacia venha a dar um apoio fundamental ao Comitê. Hoje no histórico do nosso Comitê temos um apoio, da prefeitura de Sorocaba. Mas nunca tivemos, e não precisa nem perguntar para mim ou para Rosângela, pois somos suspeitas, porque esse é o nosso dia-a-dia. Mas, passem lá na Secretaria Executiva do Comitê e vocês vão ver como é nosso dia-a-dia, nossa dinâmica. Por isso comecei a reunião lamentando a perda de uma pessoa tão importante para gente como a Fabíola. Era isso que eu queria falar, o Prefeito de Sorocaba está pedindo a palavra. Só mais uma coisa, vamos dizer assim, antes dessa última gestão assumir, tínhamos um GT de Cobrança, como continuamos a ter, que fazia as duas discussões, da Agência e da cobrança. Chegou um momento em que decidimos fazer a eleição da Agência e deixar para o pessoal que assumisse a Agência tocar os assuntos da Agência, de regularização e tal, e nós (GT-COB) continuamos com a cobrança. Não houve, em nenhum momento, perda de tempo, ou de carga, devido a Agência não estar funcionando normalmente, isso não tem atrasado os trabalhos para a cobrança. De maneira alguma. Os trabalhos para a cobrança estão andando, com dificuldades, muitas, mas não por causa disso. A revisão do estatuto era um dos pontos que tinha que ter sido visto, porque temos uma série de coisas que precisam ser revistos. Agora já identificamos e iniciamos um trabalho, para a próxima gestão da Agência. A Eleusa é coordenadora do grupo de trabalho do estatuto e está bem a par, além disso, hoje esse assunto está sendo discutido junto com o estatuto do Alto Tietê na Câmara Técnica do CRH, porque sabemos que essa vinculação tem que ser muito bem ajustada. Outra coisa que tinha que ter sido feita, o acompanhamento de como está se dando o projeto pela cobrança do uso da água no Comitê PCJ, que já tinha a cobrança federal iniciada e iniciou a estadual há um ano. Para nós isso é fundamental porque é nossa referência, onde tem as dificuldades, dentro do segmento público, industrial, o Moretti já esteve aqui duas ou três vezes falando com a gente, mas enfim, precisamos de um acompanhamento maior. Obrigada.



Prefeito Vitor Lippi- Gostaria de fazer uma ponderação, tenho ouvido bastante, e até falado um pouco sobre isso, a gente está aprendendo e isso é um processo novo para todos nós, todos queremos a mesma coisa, por isso as vezes diferentes opiniões, diferentes formas de atingir os objetivos. Ouvi várias vezes o Prefeito de Iperó, o Marco me procurou e acho que ele tem razão em várias ponderações, ouvi muito a Jussara, enfim, a Dra. Eleusa, a equipe técnica, e para mim está muito claro esse cenário, nós tínhamos uma história com a criação da Agência, que tinha como ponto executivo operacionalizar a cobrança. Tivemos mais recentemente uma preocupação real, o Prefeito de Iperó Marco, "estamos colocando grande energia para a implantação da Agência e demora um pouco, é demorado, precisa de recursos, precisa fazer concurso público, precisa não sei o que, e a cobrança não deve esperar", a Jussara e o Comitê entendendo isso, ponderando, montamos um GT que está trabalhando para iniciar a cobrança, levantamento de cadastros e as questões técnicas. Era essa na verdade a grande questão. Preocupação do Marco, criarmos uma estrutura complexa que poderá ter conflitos como aconteceu em São Paulo. Foi um aprendizado em São Paulo, precisamos criar aqui uma estrutura, possivelmente a mais enxuta possível, e que não tenha conflitos com o Comitê, porque ambas querem a mesma coisa, a Agência tem de ser apenas para cobrar, ela não deve decidir, eu entendo, quem deve decidir é o Comitê que é um colegiado maior, que decide como vai usar, quem vai usar. A Agência deve ser apenas uma forma jurídica e técnica de captar esses recursos. Para ponderarmos e encaminharmos a eleição, dizer que essas preocupações são interessantes, na visão de economicidade, o Prefeito veio aqui colocar, e como Prefeito ele sabe essas questões burocráticas o tempo e isso demora, mas o que foi bom é que não paramos, o grupo está trabalhando. É verdade tudo que foi colocado aqui, é possível fazer a cobrança sem a Agência, mas também vamos ter dificuldades porque depois não tem uma estrutura mínima, é verdade isso também, não podemos ter uma estrutura grande e muito cara e nem a estrutura atual que quase não tem, ela é muito frágil e vamos ter dificuldade que vamos ter muito mais recursos do que temos hoje mas sem gerenciamento desses recursos. Acho que ambos estão corretos, acho que não houve conflito, houve ponderações sobre as preocupações para o encaminhamento e acho para mim que devemos ter Agência porque embora ela não seja absolutamente necessária vai fortalecer uma melhor gestão, como uma estrutura um pouco melhor do que temos hoje que é muito pequena, como foi dito aqui, hoje temos algumas pessoas fazendo tudo, isso fragiliza muito nosso trabalho, quero ressaltar o empenho dos técnicos que hoje fazem tudo, então acho que precisamos instituir a Agência, tem de se discutir para que ela, é lógico não crie conflitos com o Comitê, isso não pode acontecer, acho que o Marco colocou com clareza isso, porque se isso for um conflito de gestão, aí teremos mais um problema, não pode ser assim, tem de ser um braço realmente do Comitê, e o Comitê entendo eu que tem toda sua história consolidada, de responsabilidade e legitimidade para definir essas questões. Eram só essas ponderações que queria colocar porque às vezes aqui parece que há um conflito, mas queremos as mesmas coisas e todas as ponderações aqui foram muito positivas. Então que possamos definir a questão da presidência e tem essa preocupação sim de fazer a coisa mais enxuta possível para que não fique uma coisa complexa e cara demais. Obrigado.

Presidente - Mais alguém quer se manifestar? Vamos continuar nossos trabalhos, gostaria de saber se há um entendimento de que devemos continuar o processo, alguém tem dúvida, alguma ponderação?

Engenheira Lucy- Representando segmento sociedade civil organizada entidade Fiesp- Bom dia a todos. Wendell, o Estado vai receber para fazer isso nós teremos custos com o DAEE fazendo nossa cobrança?

Secretária- Não, de jeito nenhum. Aproveitando sua pergunta, o Estado forneceu para nós na primeira gestão o seguinte apoio, local e infra-estrutura, telefone, fax, etc e tal, tudo que foi necessário, etc e tal, os municípios e a sociedade civil deram um patrimônio que conseguimos criar a Agência de bacia. Agora, não, não vai receber não, faz parte da política de gestão de recursos hídricos.

Prefeito Marco- Só para esclarecimento, agora temos reunião de Prefeitos, como vai funcionar?

Presidente- Vamos chamar a comissão eleitoral que já foi constituída, tripartite, para a continuidade.

Prefeito Cassola- Eu chamaria os Prefeitos para nos reunirmos, porque nós não temos nossa definição.

Reunião dos Prefeitos.

Representante da Comissão eleitoral- Dos membros para composição da Fundação Agência de bacia pelo Estado a Secretaria de energia através da Secretária Dilma indicou três membros. Estão todos presentes na plenária? São, Secretaria de recursos hídricos, usuários EMAE e a Secretaria de energia, a Secretaria de meio ambiente, Secretaria da Fazenda e Secretaria da Economia e planejamento. Esses são os indicados pelo estado para compor a Fundação Agência de bacia. A indicação dos municípios feita agora pouco: Ibiuna, Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Porto Feliz, Iperó, e Salto. Pela sociedade civil, Fiesp, UNESP, Sindicato Rural de Piedade, Sindicato Rural de Porto Feliz, Associação ecológica Icatu e Cooperativa de Reciclagem Renascer. Do Estado temos três indicados pela Secretaria de saneamento e energia, recursos hídricos, usuários e energia, com um indicado pela Secretaria do meio ambiente, Fazenda e Secretaria de economia e planejamento, todos já foram indicados pelo governo, foram passadas as indicações para a Secretaria executiva do Comitê.

O município vai indicar alguém no momento para o Conselho Fiscal?

Dra. Eleusa- Prefeitos, e senhores representantes dos municípios, seria ideal que vocês já fizessem a indicação, o Conselho Fiscal é tripartite, e ele tem uma importância muito grande agora nessa nova etapa, seria importante que vocês fizessem, não há necessidade de fazer agora, a indicação de um representante e um suplente para o Conselho Fiscal. Existe algum município que se interessa? Vocês preferem deixar? Ok. Os Municípios vão fazer alguma indicação para concorrer à presidência da Fundação Agência?

Prefeito Vitor Lippi- O encaminhamento, acho que temos um processo bastante democrático, claro e transparente, temos o mesmo objetivo, temos um processo novo que é a instituição da Agência, e nós sempre conversávamos com os Prefeitos, tive algumas conversas com o Wendell, nas últimas semanas, e ele pedindo apoio para que fortalecemos a idéia de haver vamos dizer por parte da Agência, a presidência que viesse da sociedade civil. Fui favorável. Por quê? Porque não estamos aqui disputando o poder, estamos articulando para termos um encaminhamento comum, consensual, na busca de resultados, e o resultado é um

processo, democrático, de negociação, entendimentos, e vocês viram aqui que ainda temos alguns pontos hoje que nos preocupam nesse encaminhamento da Agência, de seu funcionamento, foram colocados com muita clareza, um do próprio estatuto, que ainda teremos uma revisão do estatuto, para que aconteça até o final do ano, porque precisamos pensar a estrutura, como é efetivamente o funcionamento, a questão dos salários, como será a contratação, como funciona efetivamente, vai ser uma nova instância de poder ou vai ser efetivamente um braço do Comitê, para assessorá-lo no que compete aos interesses do Comitê, ou vai ter uma nova instituição, que vai ter um Presidente, disputa, acho que não é isso que queremos. Então estou fazendo o encaminhamento para a prestação dos meus companheiros, respeito-os todos, todo tempo como Presidente procurei ser o mais democrático possível, tudo que estava ao meu alcance nos encaminhamentos democráticos eu fiz, de forma absolutamente respeitosa, nunca atropelai ninguém e nem vou atropelar, sempre ouvi, encaminhei com respeito, e tranquilidade as questões. E acho que o encaminhamento que os Prefeitos estão fazendo, eu estou encaminhando, é absolutamente ponderável, e tem o mérito de dizer, por isso estou fazendo essa defesa, que nós concordamos com a implementação da Agência, como foi defendida aqui, vai se criar uma estrutura inicial, mas temos essas duas preocupações ainda, que devem sim ser objetos de discussão. Muito bem, para que isso aconteça, estamos imaginando que o cenário ideal para isso, para evitar esses dois conflitos, que crie uma estrutura grande, complexa, difícil ou uma nova instituição com conflitos de poder, duas questões deve ser observadas. Primeiro, deveríamos eleger agora um Presidente até o final do ano, porque em janeiro do ano que vem teremos uma nova eleição do Presidente do Comitê de bacia, é um raciocínio que ouvi de todos vocês, que foi a tese defendida o tempo todo, se a Agência é um braço do Comitê, é isso? Se ela é um braço do Comitê ela tem que ter inclusive um vínculo temporal de existência, ou seja, vamos começar Comitê novo com uma Agência integrada, como um braço do Comitê. Então ficaria estranho, faço agora dois anos o Presidente, que não tem nada a ver com o Presidente do Comitê, quer dizer, o Presidente da Agência vai ser eleito antes do Presidente do Comitê, e isso já fica uma coisa um pouco fora de sintonia, então isso deveria acontecer ao mesmo tempo, para que fosse consensual, para trabalhar articuladamente, conjuntamente, mas não com o conflito de poderes, porque se não vamos criar mais uma instância de conflito de poderes. Essa é primeira ponderação. Para que essa presidência que apoiamos, porque confiamos, tenha esse vínculo temporal com o próximo Presidente, esse Presidente funcionaria até o final do ano, é um momento muito importante porque vai discutir o novo regimento, temos que discutir aqueles pontos do regimento que foram levantados aqui pelo Prefeito de Iperó, acho importante. Queremos acertar e para acertar nada melhor do que discutirmos e de uma forma respeitosa, democrática, articularmos. Acho isso absolutamente razoável, então não é querer subverter a ordem, as regras, porque nosso grande objetivo é a finalidade final, da Agência cumprir o seu papel de ser realmente um braço executivo de captação de recursos e de projetos do Comitê. Então queria fazer esse encaminhamento para que a sociedade civil, os técnicos, os representantes do estado pudessem refletir juntos, não estamos aqui para disputar, eu abri mão quando fui Presidente da primeira vez, da segunda vez conseguimos articular sem grandes problemas, e acho que trago com muita tranquilidade essa proposta, não é querer passar em cima de ninguém, é uma reflexão, não estamos aqui para disputar, estamos para compor, que seja a melhor possível para o Comitê de bacia que é o nosso órgão de representação maior. Estou muito feliz com o Wendell me representando, com absoluta confiança, acho que isso é um avanço, mas acho que essas ponderações devem ser consideradas, mais do que consideradas, respeitadas. E também falarmos do passado, mas no passado não, estamos falando do presente e do futuro, nós Prefeitos respondemos pelo presente e pelo futuro. Espero a consideração de vocês com relação a isso, senão vamos ter dificuldades de caminharmos, até porque estou fazendo isso com absoluto compromisso com a maturidade

do processo, não é para boicotar ninguém, não estamos apresentando candidato nenhum, estamos apresentando uma proposta consensual, a sociedade civil assume a presidência, ajuda a gente a organizar isso até o final do ano, com todo apoio dos Prefeitos, e no começo do ano que vem temos eleição do Presidente do Comitê de Bacia e da Agência conjuntamente, porque eles tem que trabalhar juntos, de uma forma integrada, de sinergia. Entendo que essa é a melhor forma de encaminhar essa questão. Agradeço. Obrigado.

Comissão eleitoral - Alguém mais quer se manifestar?

Presidente- Só queria dizer o seguinte, com relação a sinergia e os trabalhos de todos esses anos, nós estamos no décimo terceiro ano desse Comitê e sempre houve todos esses processos de sinergia, de consenso, sempre nas votações o objetivo é o bom funcionamento disso tudo. Para nós o pressuposto não é de propostas, de radicalizar, certamente não. É a quarta vez que estamos tratando das eleições nesse Comitê de Bacia, já foram 5,6 eleições para Presidente do Comitê, e nós entramos para o Comitê, foi instituída Agência e nós aceitamos o regulamento, nós temos um pressuposto básico de que quando você aceita participar de uma coisa você conhece as normas e o regulamento, não tenho nada absolutamente contra a proposta, apenas nós temos esse procedimento, nós fomos chamados para constituir esse Comitê estivemos presente sempre participando de tudo. Na reunião da sociedade civil que se deu, fizemos as indicações para diretoria e dos conselheiros e sempre em toda a história, em todo esse tempo, sempre com uma coisa que não se discutiu e nunca foi discutida, que é o mandato, o regulamento, está escrito no estatuto dois anos com uma possibilidade de reeleição. Já ocorreu, inclusive, que em uma dessas oportunidades houve uma eleição com uma reeleição, como também no Comitê de Bacias houve eleições e reeleições, e a sociedade civil sempre participou, sempre dentro do regulamento, perdeu as três e continuou trabalhando. Continuou no Comitê, não se absteve, não deixou o jogo, perdeu legalmente e nunca abandonou o Comitê, nunca vamos fazer isso e jamais fizemos. Fizemos um acordo em Laranjal Paulista quando pediam para gente o mesmo consenso e essa mesma sinergia, e foi feito, o procedimento para eleição do Darci. Demonstrando maturidade, sendo cumprindo o regulamento, então está escrito lá que o mandato do Presidente da Agência é de dois anos, não é disputa, não é briga, não é o campeonato brasileiro, não é fulano ou sicrano, nada disso, nós temos nosso trabalho, tiramos uma indicação, todos nossos conselheiros, e o estado mandou sua indicação, que é outra demanda bem antiga, então estamos todos hoje aqui para cumprir uma norma, com o apoio sempre necessário e importante, e como você lembrou, eu não aceitaria a missão que você me passou se não fosse para respeitar as prioridades, não teria aceitado, isso é um consenso, as prioridades do colegiado. Não é contenda, nada disso, esse é um parlamento das águas e durante 13 anos sempre chegamos em um ponto comum baseados sempre em uma norma, regulamento, em uma lei, começamos pela 7663/91 e com todas essas que prevalecem até aqui. Nossa posição, respeito sua colocação, a dos Prefeitos também, eu também não aceitaria o cargo que você me passou a se não tivéssemos um mínimo de segurança no sentido do Comitê a que pertencemos, educado, funcional e inteligente. Só para encerrar, a posição nossa, do segmento sociedade civil, é que continuamos o trabalho do jeito que está programado, do jeito que viemos aqui hoje para fazer isso, ou seja, conforme os regulamentos, normas e os estatutos, e tudo mais, sempre pelo império das leis do sistema de recursos hídricos do estado de São Paulo. É isso que viemos fazer, sem questão pessoal nenhuma, evidentemente, estamos aqui em um parlamento das águas, para discutirmos essas questões. Esperamos isso, não é proposta, nosso encaminhamento é de continuar com os trabalhos para o qual fomos convocados aqui. Muito obrigado.

Maurício- Queria reafirmar o que havia dito anteriormente, que deveríamos realmente fortalecer a esfera da Agência. A idéia da Agência desde 2003 é de ter um regulamento, foi feito regulamento no começo determinando as funções da Agência, e estamos encaminhando para determinar o tamanho dessa Agência, e essa discussão temos hoje. Agora, nós temos o regimento, um regulamento, não podemos abrir a cada vez que surge algo diferente uma exceção, se o mandato é de dois anos, é de dois anos, isso não cria nenhum obstáculo de que a Agência e o Comitê andem juntos. Não fomos todos eleitos pelo Comitê? O Comitê não é um corpo tripartite? Não é consenso que seja alguém representante da sociedade civil? É isso mesmo. Então nós não podemos abrir uma exceção aqui Presidente, se abrimos aqui vamos abrir ali, depois acolá, pelo contrário temos que construir uma Agência que tenha regulamentações, que seja realmente um braço desse Comitê, que realmente use a verba arrecadada para proteger o meio ambiente, dentro de projetos bem definidos, e não precisar ficar aqui disputando o poder em cada segmento. Agora, não vamos abrir exceções, se não vamos voltar aqui e ficar discutindo, discutindo, discutindo, a gente vota, acha que precisa haver consenso e seguir o que está no regulamento.

Prefeito Marco- Gostaria de fazer uma correção, ou complementação ao que o colega acabou de falar aqui, que a exceção já aconteceu na minha eleição, meu mandato não foi de 2 anos, se for até dois anos é até outubro, e essa eleição não tem porque acontecer. Precisamos entender a regra, se ela é única, tem que ser a única. Meu mandato foi teoricamente de outubro/2006 a 2008. O que o Prefeito Lippi colocou aqui muito ponderadamente é que para gente evitar que continue acontecendo futuras discussões, que a Agência seja claramente um braço do Comitê para somar forças e não dividi-las. A segunda ponderação, é uma reflexão nesse momento, ao olhar as indicações aqui, veja o seguinte, partiu-se de um pressuposto, acho que nesse momento é errôneo, para fazermos uma consulta jurídica, se for o caso aqui, eu vou pedir para parar a discussão para fazer a consulta jurídica, que é o seguinte, como sou sabedor a sociedade civil vai indicar a UFSCar para a presidência. Entendemos que é um bom nome, uma boa instituição, mas só que não é o Presidente ou Reitor da UFSCar que está assumindo esse cargo, se pegarmos pelo estatuto o município também pode assumir. Não é o caso do Prefeito não poder porque é ano eleitoral, o estatuto não diz que é pessoa física, ele diz claramente que são os municípios que devem indicar um representante deles para fazer parte do Conselho Deliberativo. Então o que estamos elegendo aqui não é uma pessoa, Cassola, Herculano, Vitor Lippi, quem quer que seja para o cargo e sim um município, e ele através de seu Prefeito pode indicar um representante. Então é uma proposta boa do Prefeito achar esse consenso, porque são duas exceções aqui, mais uma vez estão tentando falar que não pode e eu acho que pode. Então, se for o caso, vou deixar mais uma proposta aqui Lippi, não para sobrepor à sua, a sua é a primeira, é um consenso, uma proposta que pode somar. Mas a segunda proposta é que se não tivermos um consenso, estou vendo aqui que não vai ter, já que sou o patinho feio das discussões, em dois anos quando temos essas reflexões, briga e isso e aquilo, não é minha intenção, nunca foi, e sim de apartarmos as arestas, vou puxar para mim essa responsabilidade, de propor aos Prefeitos que se não tiver um consenso, que a gente faça uma consulta e faça exatamente como o Estado fez, não indicou nomes e com isso a Agência não funcionou. Está certo? É isso que queremos? A primeira proposta é a do Vítor, acho que é uma proposta de consenso, mas se tivermos que fazer outra coisa, vamos nos organizar. Essas são as palavras que quero deixar aqui e agradeço pela oportunidade. Não ficou claro? A idéia é esse consenso proposto pelo Vitor Lippi que a sociedade civil assuma com o mandato até janeiro, para que a posse, as eleições coincidam com a do Comitê de bacia, CERISO, isso tudo, poderíamos até analisar o CERISO que o Cassola tanto fala, e dali para frente os próximos mandatos seriam constantemente de dois anos e casados para evitar essas divisões, e essas discussões que estão acontecendo há tanto tempo e que aconteceu com meu pseudo mandato e se isso

não acontecer, essa proposta que está na mesa eu apóio, mas se não acontecer, tem uma terceira proposta aqui, que é dos Prefeitos não fazerem as indicações e a Agência fica parada até que a gente faça a consulta jurídica.

Prefeito Vitor Lippi- Pessoal, acho que temos que ter responsabilidade e maturidade. Acho que não é o momento de radicalizar, puxou-se para um lado, "não, tem que seguir a regra e acabou", e o Prefeito veio aqui fez uma outra proposta,"se é assim eu vou também acionar uma outra possibilidade", legal, vamos dizer assim. Não é por aí, sabe. Volto a dizer, não estamos falando de disputa, estamos falando de consenso, precisamos buscar o consenso. Nosso colega de São Roque falou, o Maurício, que me preocupou muito, mas muito mesmo Maurício, que eu jamais pensei que fosse ouvir aqui, quando você falou o seguinte, isso não impede, não impede, de haver um trabalho conjunto da Agência com o Comitê. Jamais imaginei que iria ouvir isso. Isso não impede? Estamos fazendo de tudo para garantir. Quer dizer o seguinte, pode também não acontecer. Então já começamos com conflito entre o Comitê e Agência. Então quer dizer, eu queria ouvir, nós vamos garantir para que a Agência seja um braço. Não impede quer dizer também que pode acontecer de não dar certo e já haver um conflito de poder. Isso me preocupa muito porque se já começa com conflitos, é isso que queremos? Quero saber esse é isso. Se é para disputar poder. Se for, aí, tudo bem. Nós vamos mudar de posição. Quero ouvir isso de vocês. Não estou aqui para disputar poder estamos aqui para aperfeiçoar um processo em andamento, todos nós temos responsabilidades, é um projeto novo, e que já deu coisa errada em São Paulo, aprendemos com aquilo e aqui queremos aperfeiçoar para dar certo. Acreditamos que é importante a criação da Agência, estamos com prudência, não é com vontade de ganhar, queremos que quem ganhe seja o processo democrático, o aperfeiçoamento democrático. Então volto a dizer, se for para mostrar força esperem uma coisa da gente, se for para discutir o que é melhor para o Comitê e para a Agência, contém conosco. Ah, mas tem regra, bom, essa é uma conversa que não nos interessa. Vamos discutir o que é melhor para o Comitê e para a Agência, que é trabalhar em conjunto, que foi sempre o que ouvi aqui desde o primeiro dia em que entrei aqui. Contem conosco. Posso representá-los nessa postura? Eu não vim aqui para demonstrar poder, nem uma vez, nunca. Espero que essa não seja a questão maior, espero mesmo, porque vou ficar muito decepcionado porque estamos aqui com a melhor das intenções. Todos vocês sabem que cabe sim na implementação da Agência uma fase de amadurecimento para seu funcionamento para que realmente seja sincronizada e atenda a necessidade do Comitê. Agora, se começar com disputa de poder, aí vou mudar de postura, me desculpem, eu acreditei em uma outra proposta de vocês, nossa proposta, que eu também defendi. Cadê a UFSCar, que eu também defendi, defendi a implementação da Agência como um braço do Comitê ? Agora, se for para disputar poder, aí acho que estamos nos desvirtuando do objetivo principal da implementação da Agência. É só isso. Então queria colocar com absoluta tranquilidade isso, vamos somar se não vamos começar mal, vamos começar com problemas, acho que é preferível adiarmos disso, conversarmos, sabe, eu já ouvi aqui "não, vai para o pau", eu não vou para o pau, pau nenhum, não vim aqui para brigar, disputar poder, viemos aqui para construir um modelo que é o melhor possível. Não vou atuar de forma emocional. Acho que o que foi colocado aqui foi com prudência, na melhor forma de conduzir esse processo não para favorecer um ou outro, é para dar certo o Comitê, é para dar certo a cobrança da água, esse sincronismo, esse trabalho conjunto que precisa acontecer. Era só isso. Eu não vou voltar a falar. Espero que haja maturidade política de cada um de vocês. Muito obrigado.

Lucy - Quero colocar uma coisa que está me passando agora, de extrema importância, toda vez que há a troca dos Prefeitos, há um trabalho no Comitê muito extenso para trazer as novas prefeituras para dentro do Comitê, sei que nunca vai haver a troca de todos os municípios,

mas pode acontecer, poderá haver uma pressão e dentro desse pensamento esses cargos poderão ser mudados pelos municípios o que será muito trabalhoso, então acho que é uma coisa importante de ser colocada dentro de toda essa discussão.

Prof. Salatiel – Diretor da UFSCar/Sorocaba - Bom dia a todos, não quero de maneira alguma colocar mais lenha na fogueira. Em parte concordo com a questão da legitimidade do trabalho, e no conjunto com o Presidente da Agência ser indicado como Presidente do Comitê, é uma possibilidade, e essa outra de ter um diretor técnico da Agência ligada diretamente ao Presidente. O Presidente sugere, e opina, mas precisa ver se tem capacidade técnica e administrativa, porque a Agência é o braço executivo do Comitê e tem que estar afinada. Por outro lado temos um trabalho, que tem o nome da universidade, a UFSCar, que tem apoio da instituição e uma série de coisas para executar os trabalhos. Temos que ver que a pessoa que estará ocupando esse cargo por dois anos estará desviada dos trabalhos acadêmicos para esse exercício e para saber o que é o Comitê e a expectativa é muito grande. Temos de lembrar também que é tripartite, e temos que trabalhar dessa forma, agora, como foi dito podemos estudar outra forma, mas não no dia da eleição. Isso pode ser trabalhado ao longo do ano, com o Comitê e Agência. É muito importante o segmento político, que sabe em termos recursos e sabe tudo politicamente naquela bacia hidrográfica. Mas o diretor também tem que ser um técnico que saiba trabalhar, saiba como funciona, das necessidades de recuperação na suas áreas que não estão adequadas, e que tenha acesso com todo o mundo e com as prefeituras, embora concorde com a Lucy, como já colocado, eu não acho que tem que ser no dia da eleição, tem que ser discutido, trabalhado, daqui para frente poderemos conversar. Mesmo porque para o professor Leonel ficaria difícil elaborar projetos para um ano. Hoje é a eleição, temos tempo para conversar depois.

Presidente- Além do que eu já disse e o que o pessoal colocou, a colocação dele parece bastante equilibrada, aqui ninguém vai para o pau, não temos intenção disso, nossa postura é bem diferente do Comitê do Alto Tietê, jamais, também não vamos abandonar o plenário por conta disso, jamais, também na questão de consultar se é legal ou não, até pode, mas sabemos o que é legal. Então só reafirmando, aqui não têm disputa de poder nenhum aqui, não houve e não vai haver. O estatuto, legalmente, sociedade civil e tudo está regular, legal, até o momento nada há de ilegal, em cima do que diz o professor da UFSCar, só para encerrar, nós temos um grupo estudando o estatuto e nunca na história desse Comitê apareceu uma história como essa de se mudar o mandato do Presidente da Agência, nunca. Tudo bem, aqui estamos no parlamento das águas, mas para que fique bem claro nossa posição mais uma vez, aqui não tem disputa de poder, não tem nada, nós temos, na nossa opinião, e é nossa opinião, e é por isso que estamos aqui, hoje e nos últimos três anos, é minha proposta continuarmos fazendo que viemos fazer aqui, temos tempo, lugar e hora para isso e grupo de trabalho para isso, a proposta é muito boa, mas acho que não é o momento, lugar e hora, nós temos um trabalho a ser feito, viemos aqui, foi feito convite para fazermos uma coisa aqui, para cumprir uma agenda de reunião. Acho muito interessante, essa questão dos mandatos, mas na nossa opinião a nossa participação, isso tem que ser deixado para depois com uma comissão tripartite, acho a idéia fantástica, mas estamos aqui para cumprir o que viemos fazer aqui, não vamos abandonar a plenária, não vamos entrar na justiça, não vamos fazer nada, vamos continuar fazendo o que fizemos nos últimos 13 anos. Era isso.

Prefeito Marco- Só recolocar o que falei, ninguém falou em abandonar a plenária, ninguém falou em entrar na justiça, falei em consulta jurídica e retirar as indicações dos Prefeitos para

podermos refletir. Procurando ver os pontos corretos, o amadurecimento para tomarmos as decisões, como o Prefeito Vitor Lippi falou.

Gabriel- Ouvi algumas manifestações, inclusive do Prefeito Vitor Lippi, falando em tese da incompatibilidade que possa haver, na medida que a Agência começa a funcionar e depois tem a eleição no ano que vem, mas eu gostaria de ser convencido melhor, de que maneira esse tipo de incompatibilidade poderia, de fato se dar, não estou convencido disso, pelo contrário, as outras argumentações, especialmente do Marco Antonio me convencem do contrário. De fato é importante que a Agência possa começar a funcionar agora inclusive pela estrutura e a possibilidade do mandato, de acordo com o regimento. Então, ficar discutindo em tese o assunto, se for a sociedade civil tem que ficar até o final de dezembro pode haver incompatibilidade porque depois tem nova eleição no Comitê, não vejo essa incompatibilidade, incongruência, como uma possível disputa de poder que possa se dar em razão disso. Gostaria de ser convencido de forma bastante concreta de por que isso poderia se dar, de que maneira se daria a disputa, essa incompatibilidade, elegendo agora esse colegiado e depois em janeiro fazendo as novas eleições do Comitê. Não consigo entender de fato, como o Wendell disse, não é disputa de poder, mas é preciso que os argumentos convençam de fato no conjunto que seria impossível o Comitê caminhar com a Agência como a coisa está sendo proposta.

Cida Ribas- Da mesma forma estou convencida com o encaminhamento que foi colocado, viemos aqui para votar, acho que está perfeito e acho que uma proposta dessa como o Prefeito Vitor Lippi está colocando, só se tivéssemos enormes problemas, não temos, nós temos que resolver os problemas que tínhamos, temos o nome de uma instituição forte, a UFSCar, que tem uma tradição de trabalhar com comitês de bacia, pelo estado, então acho que temos tudo, uma instituição que não vai passar por processo eleitoral, então ela vai estar lá inteira, em 2008 e 09, então acho que temos tudo para dar prosseguimento para o que viemos fazer aqui hoje, que é votarmos.

Comissão eleitoral- A proposta do Prefeito Vitor Lippi é de que esse mandato iria até a próxima eleição do Comitê para depois ser feita uma nova eleição da Agência, do segmento dos municípios, desculpe, a proposta é do segmento dos municípios.

Dra. Eleusa- Como permaneceu o impasse o que vai ser colocado para votar ...

Nobel- Mais uma vez para tentar chegar a um consenso. No estatuto da Agência o Conselho Deliberativo pode a qualquer momento solicitar a troca do Presidente. Isso seria uma garantia de que podemos estar caminhando, e se houver um eventual problema poderemos resolve-lo. E, colocando isso eu solicitaria que os senhores prefeitos retirassem sua proposta, para fazermos a eleição com o compromisso moral de quem está nesse Comitê desde seu início, acho que a maioria está. Se houver algum problema em relação à presidência, não teríamos nenhum problema de estar rediscutindo a questão.

Dra. Eleusa- Os municípios concordam?

Prefeito Darci – representante de Jumarim - Representando segmento municípios- Gostaria de perguntar para a sociedade civil e os representantes do governo, como ficaria após janeiro a representação dos municípios dentro da Agência da bacia, porque vai trocar de Prefeito, se muda tudo, como funcionaria? Porque estão defendendo a tese de que vale por dois anos o



mandato, temos representantes de municípios que praticamente terminam mandato agora 31/12.

Coro- Com os novos Prefeitos.

Prefeito Darci- E se eles não aceitarem?

Dra. Eleusa- A indicação é do Prefeito ou de um membro do município indicado pelo Prefeito.

Prefeito Darci- Acontece são seis representantes dos nossos municípios, aí que está, são 34, e se esses que estão aí não querem aceitar, como que faz a nova composição dos municípios, essa é minha dúvida.

Dra. Eleusa- Prefeito Sr. Darci, poderia estar colocando, com todo respeito que tenho ao Prefeito Lippi, que nós temos um GT que está reformando, estudando o estatuto, da Fundação como também do Comitê. Infelizmente hoje não vai ser mais viável fazermos a apresentação do plano de ação desse GT, mas temos um cronograma dos trabalhos que estão sendo realizados, nossa proposta é para entregar no máximo até o final de junho as propostas para serem discutidas na Câmara Técnica de Planejamento e depois na plenária. Essas mudanças podem estar sendo recepcionadas por ambos estatutos (Comitê e Agência), e pode haver também no futuro, não estou defendendo nenhuma tese, só estou esclarecendo seu questionamento, a quem admiro muito, um regimento para o Conselho Deliberativo. Quem compõe o Conselho Deliberativo é o município, não é o Prefeito. Sim, o Prefeito ao assumir no ano seguinte pode simplesmente dizer "não quero que meu município participe", vai fazer um ofício ao Conselho Deliberativo e ao diretor Presidente retirando seu município, ato contínuo deverá haver uma nova eleição, uma nova indicação para quem fica essa vaga.

Prefeito Darci- Onde está escrito essa regra?

Dra. Eleusa- Não, não está escrito essa regra, no momento não, por isso que coloquei no primeiro momento que estamos reformando ambos estatutos e que passarão pelo crivo de todos. Nós, da comissão não podemos nos manifestar apenas esclarecer.

Prefeito Marco- Mas sua pergunta, eu detalhei alguns nomes que não fazem parte da constituição como a senhora mencionou na sua apresentação, vai fazer parte do Conselho Deliberativo, eu pergunto, se eles não foram instituidores, e não há nenhum documento dizendo que eles fazem parte da Agência como eles vão fazer parte do Conselho Deliberativo?

Dra. Eleusa- O Conselho Deliberativo sai do colegiado do comitê de Bacias Hidrográficas.

Prefeito Marco- Mas isso é uma Fundação.

Dra. Eleusa- Ela é sui generis.

Prefeito Marco- O problema são essas questões sui generis que estamos tendo hoje. Como Prefeito nós temos essa preocupação, peço desculpas pela insistência, para não começarmos um projeto que não se repita como aconteceu nos últimos três mandatos. Procurei na minha apresentação sintetizar essas preocupações. A Agência tem que começar, é a preocupação geral, posso falar em nome dos Prefeitos, que a gente saneie esses problemas, e crie um caminho para dar, porque a grande velocidade que precisamos dar não é na gestão da

Agência, o primeiro momento tivemos com clareza, é fazer um documento do Comitê de bacia em uma reunião do Comitê para autorizar o DAEE a abrir a subconta e começar a trabalhar, e daí como a senhora sugeriu fazer todo esse processo, cauteloso, de revisão do estatuto, aparar essas arestas, porque por exemplo está sendo discutida a revisão do estatuto da Agência e eu até então como o Presidente não fui convidado para nenhuma reunião e nem para dar palpite, como também outros debates precisarão ser agendados para participarmos de forma democrática e tripartite com as três partes da sociedade aqui representadas. Então essas preocupações é que me levam insistentemente a chamar para reflexão desse processo e não a precipitação de uma eleição de Presidente, onde faltam um monte de arestas para que esse processo não siga de uma forma a que o Prefeito Vitor Lippi reiteradamente colocou. Muito obrigado.

Dra. Eleusa- Só para esclarecer, a reforma do estatuto está sendo elaborada por um GT criado dentro da Câmara Técnica de Planejamento, onde, por sinal, Iperó é titular. e tem comparecido ativamente às nossas reuniões. A proposta de reforma do estatuto do Comitê e da Agência, são propostas, é de um grupo de advogados que fazem parte do Comitê, são representantes do Comitê, e que está trabalhando também contando com a colaboração do Dr. Rossato da Fundação, que tem nos ajudado em muito. Isso são propostas que serão discutidas e virão à plenária, não estamos decidindo nada, são propostas. Só para orientar. Com relação à urgência, posso colocar que o Dr. Marum nas últimas reuniões, colocou, de forma muito clara, uma possibilidade de ingressar com uma ação solicitando uma liminar de intervenção judicial na Fundação. Só essa a minha colocação.

Prefeito Marco- Gostaria de propor que marcássemos uma reunião com o Dr. Marum, porque está sendo citado o nome dele demais, eu também estive com ele, o que está escrito no papel, e que Iperó já cumpriu é o inquérito civil que vai para os municípios de ingresso com capital e o Dr. Marum já recebeu o ofício do ex-Presidente Vitor Lippi informando das ações que estão em andamento para a cobrança do uso da água. Então acho que temos que ter todo esse processo, esse medo do Dr. Marum nós não temos, sabemos da consciência dele com o sucesso desse projeto, então vamos trabalhar com as coisas que temos de fato aqui que são os membros que estão aqui para poder dar os votos ou o parecer ou os encaminhamentos necessários.

Comissão eleitoral - Retomando. Vamos votar a proposta dos municípios de se fazer o mandato da Fundação Agência de bacia até a próxima eleição do Comitê, coincidindo com a eleição do Comitê de bacia. A proposta é por aclamação do plenário. Quem concorda?

Debates (falas ao mesmo tempo)

Dra. Eleusa- Somente os titulares têm direito a voto.

Gilberto Massuqueto – representante do Sindicato Rural de Piedade- representante segmento sociedade civil organizada entidade Sindicato Rural de Porto Feliz- Boa tarde. Acho que essa proposta, pela minha visão, ela nem pode ser colocada em votação. Primeiro porque para a reforma do estatuto tem que ter uma convocação específica, o que nós aqui estamos tentando fazer, dependendo das propostas aqui colocadas, é alterar as regras no meio do jogo. Então o estatuto hoje é claro no mandato de dois anos, como que em uma reunião que foi convocada com outros objetivos nós podemos mudar a regra do jogo? Sou até da opinião que essa proposta sequer pode ser votada porque inclusive judicialmente ela pode ser facilmente derrubada em qualquer alteração de mandato que possa ser decidido pelo

plenário. Não podemos mudar a regra no meio do jogo. A minha proposta é que essa proposta do Prefeito Lippi sequer seja objeto de votação porque é ilegítima.

Dra. Eleusa - Nossa comissão é eleitoral e de orientação. Possibilidade jurídica de que seja dessa forma existe sim, porque em uma das nossas últimas conversas, e o Prefeito Marco Antônio colocou que gostaria que o Dr. Marum estivesse aqui presente, e por sinal fizemos convite a ele e ele nos disse que jamais se envolveria em processo eleitoral, ai não. Mas, chegamos em várias possibilidades, uma delas, poderia ser prorrogar o mandato, intervenção branca, o Presidente do Comitê assumir, isso é possível, desde que o colegiado tenha quórum suficiente e vote dessa forma. Possibilidades jurídicas existem, porque os titulares são soberanos, lembre-se sempre que o Comitê de bacia não é uma pessoa jurídica.

Prefeito Marco- Aproveitando, como Presidente da comissão de eleição, pode trazer uma luz para chegarmos a uma solução, o Presidente do Comitê assume nesse momento a presidência da Agência de bacia e assim, da mesma forma que meu mandato não foi de dois anos, então essa alegação do estatuto de dois anos, quero deixar claro, meu mandato não foi de dois anos, então se estão achando que a regra está mudando agora, não está. Em uma proposta conciliatória como a senhora propôs agora, entendi que foi uma proposta, uma sugestão...

Dra. Eleusa- Não. É uma possibilidade.

Prefeito Marco- Uma possibilidade, nesse tempo o Presidente do Comitê, o Wendell teria tempo de fazer o trabalho dele, revisar as divergências que tem, as conversas políticas dele, e no momento oportuno faremos um encaminhamento. Em contrapartida, se a discussão não é por dois anos, o município de Iperó é que está na vaga de Presidente, deveria continuar até outubro ainda. Iperó tem essa possibilidade mas acho que a sua proposta talvez seja uma boa idéia, o Presidente assumir dando chances para o Wendell que está chegando agora pela primeira vez da sociedade civil para fazer esse trabalho até a próxima eleição.

Secretária- Só para fazer esclarecimento, toda vez que temos uma eleição especialmente municipal dá uma certa confusão no início do ano. Então em janeiro de 2006 encerrou de fato o mandato de dois anos daquela gestão da Agência, e não conseguimos fazer a discussão da Agência antes da posse do Marco que, se não me engano, só se deu em outubro/2006. Nós tínhamos duas opções: ou começava um novo mandato em outubro/06 até outubro/08 e ficaria com um espaço vazio, de janeiro até outubro/06, ou complementaríamos esse período de dois anos, que foi o que a gente optou, então, você Marco, foi eleito em outubro/06 para cumprir esse mandato, foi opção do Comitê, até janeiro de 2008. De janeiro a janeiro mas, de fato, ele não foi de janeiro a janeiro, foi de outubro a janeiro, ficou menos que dois anos, é verdade, mas foi decisão do Comitê, e estava explícito da Deliberação que indicava seu nome.

Presidente- Teria tempo de encaminhar mais uma proposta, é isso?

Comissão eleitoral- Perfeito, o Marco Antônio está encaminhando essa proposta.

Presidente- Que o Presidente do Comitê assumisse a Fundação. Mas nós não concordamos. Continuamos reafirmando o estatuto, o que tem que ser feito, tem uma comissão estudando o estatuto que está trabalhando e vai continuar trabalhando. Nós estamos aqui, no dia de

hoje, para tomar uma decisão específica, como disse o representante do Sindicato Rural, para tomar determinada atitude, de forma legal.

Participante- Uma sugestão, ou se faz a votação ou se adia para outra reunião, é inconveniente...

Dra. Eleusa- Só para esclarecer, estaríamos colocando em votação a proposta do segmento dos municípios. A indicação para o cargo de Diretor-Presidente. Só existe uma indicação, até agora. Então, temos os titulares dos três segmentos para o Conselho Deliberativo. Precisamos definir, vamos para votação? Mantemos a primeira proposta do segmento dos municípios de que o mandato do Diretor Presidente e do Conselho Deliberativo coincida com a próxima eleição do Comitê de bacia. Vamos para votação? Vamos Prefeitos?

Participante- Essa proposta só poderia prosperar se houvesse acordo aqui, a pauta é de eleição. Mas não há acordo, o Wendell já colocou que não.

Dra. Eleusa- Por isso estou questionando se vocês querem votar ou não, porque se formos seguir a pauta da reunião nós vamos votar.

#### Debates

Gabriel- Só para fazer uma ponderação, desculpe até o Nobel porque na verdade é em cima da fala dele não ouvi nenhuma manifestação dos municípios, a fala dele me pareceu muito ponderada. Como falei agora pouco não dá para defender em tese se dá ou não dá certo, é preciso argumentar por que, na argumentação dos dois anos eu queria argumentações muito boas inclusive a ponderação do Nobel, acho conversando até agora pouco com a Lucy que tem um componente que complica um pouco mais, a Jussara falou um pouco sobre isso também, da coincidência do mandato da Agência com o Comitê, a Agência é o braço executivo e vai ter que executar uma série de ações que vão estar em curso, enquanto que os Prefeitos que assumem vão estar passando por um processo político até de convencimento da sua participação dentro do Comitê, tudo em um período que demanda mais de seis meses de integração, então acho que essa coincidência na verdade é até ruim, ruim para o bom funcionamento do Comitê e da Agência, mas gostaria, talvez o Nobel vá aprofundar um pouco mais a proposta dele, para esclarecer um pouco mais a proposta inicial para que não fiquemos descobertos, é uma ponderação muito importante, que a qualquer momento durante o processo pode se reavaliar, que a composição, sobretudo do Diretor-Presidente, do conselho, está dando conta do trabalho que tem que fazer em função daquilo que é deliberado pelo colegiado do Comitê.

Nobel- Volto a solicitar ao segmento dos municípios, para que retire essa proposta, pelo que já foi falado, o Gabriel reforçou, e considerando que sempre trabalhamos em consenso, nunca teve grandes problemas, tem uma confiança entre os segmentos, é tranquilo. Qual o problema de estarmos elegendo uma diretoria por dois anos, vai mexer com a vida de um profissional, vai largar aulas para assumir a presidência de uma Agência que é uma coisa super complicada e vai ficar seis meses? Não vai conseguir fazer nada, não vai ter cabeça, não vai ter estrutura, vamos dar essa carta de crédito por dois anos, temos históricos para solicitar esse crédito para o segmento dos municípios e com a garantia de que o Conselho Deliberativo pode a qualquer momento estar próximo, se houver algum problema político, técnico, de qualquer natureza a gente pode estar providenciando essa mudança. Então, em nome da unidade do Comitê, eu peço ao segmento dos municípios que reavalie essa sua

posição com o compromisso de que estudaria uma modificação qualquer no momento em que for necessário.

Prefeito de Porto Feliz Cláudio Maffei - Gostaria de colocar que estou extremamente desconfortável com essa situação que está acontecendo aqui. Por quê? Porque ao mesmo tempo que vejo uma coisa muito bacana que é o apoderamento pela sociedade civil, do Comitê, da Agência, e tudo mais, acho muito bacana estar acontecendo tudo isso, eu vejo o desconforto do Marco ali, Prefeito, do modo como foi feito a coisa, o Marco foi eleito, colocado como Presidente da Agência e ao mesmo tempo, está sendo feito de uma maneira que cumpre-se o estatuto quando há determinados interesses em jogo e não cumpre-se quando a determinados interesses outros. Tenho plena confiança na sociedade civil, não teria problema nenhum de estar por esses dois anos. Agora, qual é a preocupação dos Prefeitos, que entendi lá na sala, como que fica a responsabilidade fiscal, responsabilidade administrativa das prefeituras em relação a isso, porque nós respondemos tudo, nós temos polícia federal, tribunal de contas no nosso pé, acho que é um pouco essa preocupação, e daí o companheiro possa colocar, talvez respondendo para ficarmos mais tranquilos com uma série de questões, até porque acabei de receber que temos que fazer uma rubrica no nosso orçamento para determinar verbas do município para a Agência, e tudo o mais, para cobrança. Então acho que tudo isso tem que ser deixado muito claro, e acho que foi exatamente pela falta de esclarecimento dessas regras que deixa a gente um pouco, não sei se desconfiado, desconfortável, não é? Por que é verdade que eu deveria ter lido, deveria estar muito bem ciente, mas isso foi de uma lei que foi lá em Porto Feliz por exemplo, falei que a prefeitura de Porto Feliz tem que entrar com a contribuição de R\$1.000,00 mais do que Sorocaba e de outras, e foi pelo outro Prefeito, foi pela Câmara, o projeto de lei 4026 de 06/12/02, eu sei que vocês vão falar que é o município que assumiu essa responsabilidade, não o Prefeito, é verdade, mas é o Prefeito que responde, é o Prefeito que vai preso, então acho até que isso possa ser juridicamente um pouco mais esclarecido e eu fico até feliz desse empoderamento da sociedade civil, até porque sou Prefeito que veio da entidade ambientalista, da sociedade civil, como outros aqui, nós não temos diferenças, pelo contrário queremos uma sociedade e um estado democrático de direito e esse empoderamento é muito bom, muito importante, agora, temos que ter a segurança também legal para tudo isso daí e é nesse sentido que o Marco se sentiu bastante desconfortável e acaba passando um certo desconforto para gente, acho que nem é o confronto de poder mesmo acho que é um certo desconforto, não sei como colocar isso mas há uma questão desconfortável porque quando o Marco fala também, o segmento município pode abandonar o plenário, eu não gostaria de fazer isso, até me sinto bastante desconfortável, ou no sentido de não votar alguma coisa, isso nunca aconteceu, o que estou dizendo é que fica bastante desconfortável essa situação, não sei se o professor até pode colocar melhor essa questão jurídica para que talvez a gente possa ficar mais tranquilo nesse sentido.

Prof. Salatiel - UFSCar- A questão é a seguinte, da mesma forma que as prefeituras uma Universidade federal tem que prestar contas, está o tempo todo sendo avaliada, o tempo todo recebendo auditores fiscais. Volto a dizer, o professor André está aí com o nome da Universidade, o Prefeito Lippi nos trouxe para cá, de forma alguma viemos aqui para fazer a disputa política. Pelo contrário, é tudo do ponto de vista legal. Nos foi pedido, foi conversado, de vários setores pedindo que a Universidade tomasse a frente disso, não fomos nós que dissemos, queremos ser da Agência. E quando teve essa conversa foi nos dito que havia apoio inclusive das prefeituras, era o momento correto para tomar pé disso. Outra coisa que volto a dizer, é a questão do momento de se mudar alguma coisa, podemos mudar isso um outro ano, se for o caso, como foi falado pelo Nobel, é possível rever a qualquer momento a questão da Agência e toda sua equipe, não é problema, inclusive a conversa

pode chegar a ponto de falar "chegou o momento agora e como vamos trabalhar daqui para frente". Nós estamos aqui para contribuir não viemos aqui para causar qualquer problema. Quero dizer que conversei com o Marco a respeito desse assunto e não sei exatamente o que aconteceu, eu desconheço isso e infelizmente lamento se alguma coisa ocorreu de forma equivocada, mas posso dizer que não viemos para disputar poder, nem queremos isso, nós viemos para contribuir e fazer fluir a Agência a partir do trabalho que já foi feito por todos esses outros presidentes que a Agência já teve, todos eles, e até falávamos enquanto vínhamos para cá que a primeira providência é chamar todo mundo que veio da Agência para conversarmos de podermos construir alguma coisa, e não o inverso, escutar os Prefeitos para saber quais as preocupações que existem, tanto no aspecto legal, no aspecto jurídico, do que está ocorrendo, eu vou até sonhar com o Dr. Marum, nem o conheço. Nós estamos aqui para ajudar e vamos ver o que podemos fazer com relação a isso.

Dra. Eleusa- Os municípios vão manter a proposta?

Prefeito Vitor Lippi- Peço que os Prefeitos possam se reunir porque o que pode acontecer de pior aqui é realmente um conflito exatamente pela história política que nós todos temos, vamos ter que achar um lugar comum, vamos ter que conversar. Então peço a suspensão dos trabalhos.

(Suspensão dos trabalhos)

(Volta)

Comissão eleitoral- Voltem a seus lugares por favor. A proposta se mantém?

Prefeito Marco- Iperó gostaria que fosse registrado em Ata todas as posições colocada pelo município de Iperó, as preocupações pela maneira em que foi conduzido o processo eleitoral, Iperó não vai ser impeditivo de continuar, isso não é contra ninguém e nem contra uma entidade, estou falando e quero que fique registrado em Ata as reflexões do por que está acontecendo tudo isso, da minha eleição, os andamentos que aconteceram, não fica claro a todos, reuniões sendo convocadas, isso abre margem para futuros grandes problemas. Conheço a pessoa do professor desde menino, sei que a UFSCar a entidade que ele representa é séria, não é esse o ponto que está sendo levantado nessa reunião, o que está sendo levantado, quero deixar claro é a insegurança jurídica que deixa a porta aberta para quem se responsabilizar por esses atos. Então, estou tirando o nome de Iperó do Conselho Deliberativo e fico à disposição para tomar as atitudes que tiver que tomar.

Prefeito Vitor Lippi- Bem, respeitando evidentemente a posição do Prefeito Marco, e obviamente para Iperó não ter que responder solidariamente a todas as questões, e que não pôde participar das discussões, estatuto, enfim todo o funcionamento executivo e ele se sente desconfortável para que o município respondesse solidariamente a essa questão fiscal, e ele então retirou mas os outros Prefeitos estiveram conversando e entendemos que pela situação nós estaremos compondo para vocês um encaminhamento inicial e só solicitamos para você que a gente possa considerar de uma forma muito séria e comprometida a questão de revermos o estatuto, acho que essa é uma questão absolutamente fundamental, estamos em um processo novo e é preciso que a gente exercite e utilize o melhor que a gente possa para termos essa nova grande oportunidade que é a Agência especificamente como uma forma positiva e fundamental para arrecadação de recursos e que possa vir a somar com o Comitê sem conflitos. Acho que essa é a questão que queremos ponderar nesse momento. Se não é

possível trabalhar nesse momento a questão temporal o que nos parecia um sincronismo um pouco melhor no primeiro momento, nós abrimos mão dessa proposta mas continuamos reivindicando que é fundamental iniciarmos esse processo da revisão do estatuto que esteja adaptado à realidade desse momento, com as preocupações que trouxemos à tona e vamos continuar com o processo democrático.

Sr. Jair Cassola – prefeito de Votorantim - Coloco Votorantim como participante da Agência.

Presidente- Nós queremos agradecer o Prefeito Vitor Lippi, aos Prefeitos e estávamos conversando no intervalo, sobre o estatuto, o compromisso da sociedade civil a partir de eleição, tratar especificamente disso para apresentarmos essa proposta para vocês. Fazendo um estudo sério, rápido e urgente com participação de todos, do Conselho Deliberativo, ele é tripartite, ele não é da sociedade civil, é tripartite. Queria agradecer e dar os parabéns a todos vocês e estamos fechado com essa proposta de um estudo sério, com participação de todos para a revisão do estatuto.

Representante da Comissão eleitoral- Vou passar agora para indicação da UFSCar à presidência da Agência de Bacia. É a indicação do Comitê de Bacia para o Conselho Deliberativo que é quem vai fazer a eleição.

Dra. Eleusa- A indicação é da sociedade civil para o Diretor Presidente, ela tem que ser ratificada pela plenária do Comitê, então a proposta é a seguinte, vocês querem votar? A indicação é por aclamação ?

Coro- Aclamação.

Dra. Eleusa- Todos concordam?

Prefeito- Desde que seja lido quem faz parte dela.

Dra. Eleusa- Eles querem que coloque ali.

Secretária executiva- Da Secretaria de Recursos Hídricos foi indicado Luis Roberto Moretti, Secretaria de Meio Ambiente Jussara de Lima Carvalho, Secretaria de Energia Renato Alves, Secretaria da Fazenda Paulo Sérgio Lemes, Secretaria de Economia e Planejamento José Carlos Barbosa e Hélio.(sobrenome) , a EMAE foi indicada pela Secretária Dilma como Usuário do estado no Conselho Deliberativo.

Participante- Os dois conselhos serão eleitos? Titulares e suplentes?

Secretária executiva- Não, o Estado não fez, quem elege o Conselho Fiscal é o Conselho Deliberativo, o Estado não indicou seus representantes para o conselho Fiscal.

Dra. Eleusa- No momento não. O Conselho Deliberativo é eleito e empossado e, posteriormente fará a eleição do C.F.< onde os segmentos farão suas indicações. A sociedade civil, na última reunião, se adiantou e deixou tudo em ordem.

Prefeito Vitor Lippi- Só queria colocar que nós Prefeitos somos absolutamente favoráveis à indicação da UFSCar para a presidência da Agência, parabéns!

Comissão eleitoral- Alguém gostaria de se manifestar com relação à indicação ? Encerrada a parte da ratificação, voltamos aos trabalhos da Secretaria executiva para o próximo item da pauta.

André- Bom, eu sou o André que foi nominado várias vezes. Eu só quero agradecer o voto de confiança na UFSCar e no meu nome praticamente, eu não iria entrar nesse trabalho sem apoio de minha instituição, então quando pensarem um mim, pensem na UFSCar que vamos estar andando sempre juntos. E, agradecer também as diretorias anteriores que carregaram o piano e vão me passar agora o piano, para carregar por dois anos. Muito obrigado. Vamos trabalhar.

Comissão eleitoral- Indicação ratificada. Afixados os membros representantes do Estado, passamos para a eleição dos membros, vai ser por aclamação?

Prefeito Marco- Só para me despedir e materializar o que tenho falado e não foi entendido até agora, acabamos de aclamar, parabéns ao professor que é Presidente, mas olha a loucura que está acontecendo aqui nesse plenário gente. Tínhamos que ter votado o Conselho Deliberativo, e o conselho elegeria o Presidente, o plenário elegeu o Presidente...

Comissão eleitoral- É indicação...

Prefeito Marco- Espera aí, você acabou de falar que agora vai fazer a indicação, está certo? Então são essas pequenas inserções, pequenas inserções, subliminar... calma. E tem acontecido em todas as outras, só queria deixar registrado, só isso gente. Muito obrigado.

Dra. Eleusa- Bom, com relação à eleição. O plenário elegeu por aclamação, ratificou a indicação da sociedade civil para Diretor Presidente. Ratificou a indicação da sociedade civil. Por aclamação? Ok.

Debates

... a plenária indica, ela ratifica a indicação recebida pelo segmento sociedade civil, quem elege é o conselho. Prefeito, é exatamente o que estou fazendo. Agora nós temos as três indicações dos três segmentos, sociedade civil, municípios e o Estado. Nesse momento estaremos elegendos, o Estado faz indicação, ele é soberano para isso, estaremos elegendos a indicação do segmento município e a indicação do segmento da sociedade civil. A plenária do Comitê estará elegendos 2/3 nesse momento, do Conselho Deliberativo, pode ser por aclamação? Todos concordam? Então estão eleitos 2/3 do Conselho Deliberativo, que compõe segmento sociedade civil e segmento municípios e já contamos com a indicação do segmento Estado. O Conselho Deliberativo da Fundação Agência de bacia hidrográfica do rio Sorocaba e Médio Tietê acabou de ser eleito. A posse, somente o Presidente do Comitê poderia efetivar.

Comissão eleitoral- Concordam com todas as indicações? Então está eleito o novo Conselho Deliberativo da Fundação Agência de bacia. Terminado esse trabalho desfazemos a mesa e retomamos a palavra ao Wendell e a Jussara para a continuidade dos trabalhos.

Presidente- Temos a proposta para dar posse a esse Conselho. Está colocada a proposta, para dar posse ao Conselho Deliberativo.

Comissão eleitoral - Os senhores concordam?



Maurício- Wendell a formalidade, levantem o crachá.

Dra. Eleusa- Porque as indicações são para entidades e municípios, na posse, estamos dando posse aos municípios de Ibiúna, Sorocaba, a Araçoiaba da Serra, Porto Feliz, Votorantim e Salto. Estamos dando posse aos representantes da sociedade civil. O que eles devem fazer? Na primeira reunião comparecer com as indicações e o ofício da sua entidade ou do seu município.

Prefeito Marco- O que vai acontecer na seqüência é o que aconteceu com o Estado, que também foi empossado e só agora temos esses nomes e a bacia ficou parada aqui dois anos porque não tinha o nome deles...

Debates

Dra. Eleusa- Não podemos dar posse à pessoa física.

Presidente- Coloco a proposta da posse do conselho da Agência de bacia, por aclamação. Alguém é contra? Então está dada a posse ao Conselho Deliberativo da Agência de Bacias do Sorocaba e Médio Tietê.

Comissão eleitoral - O Conselho Deliberativo vai se reunir na data que vocês combinarem, para votar a indicação feita pelo Comitê para a presidência da Agência. Vamos passar agora para o próximo item da pauta.

Presidente- Continuando os trabalhos passo a palavra para a Secretária executiva para o próximo item da pauta.

Secretária executiva- Sei que estão todos cansados estamos atrasados mas temos deliberações extremamente importantes para fazer e com prazo, uma delas é a aprovação dos pleitos FEHIDRO/08 podemos passar rapidamente não há nenhum tipo de mal-estar porque todos projetos que se candidataram foram aprovados, então não vai ter disputa e nem insatisfação de alguém que não tenha sido aprovado, precisamos também aprovar as diretrizes dos pleitos FEHIDRO para o ano que vem, essa é uma inovação que estamos trazendo para corrigir os erros que temos enfrentado em relação à análise de projetos do FEHIDRO e o cronograma para cobrança pelo uso da água. Queria saber do plenário se seguimos isso normalmente em um ritmo corrido ou se alguém tem alguma proposta alternativa.

Valéria – representante do município de Itu - Por gentileza, gostaria da apreciação da plenária se os dois últimos itens, na verdade principalmente a prioridade para os pleitos FEHIDRO, pudesse ser marcado para a próxima reunião dado o adiantado da hora e aí passamos para os projetos aprovados, cronograma e na próxima reunião falamos das prioridades e gostaria que a Secretaria executiva nos desse o parâmetro se vai prejudicar muito. Portanto acalmem-se todos.

Secretária- Podemos dar prosseguimento rápido e na medida que estiver rápido demais vocês falam?

Presidente- Chamo o coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Renato Alves.

Renato Alves – representando segmento Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Energia e Saneamento/DAEE - coordenador da Câmara técnica de planejamento- Vamos tentar aprovar isso por pacote em vez de ficar falando um por um ?

Aplausos

Renato- Só queria registrar que os recursos foram suficientes para atender todo mundo e ainda sobrou alguns recursos que depois a Jussara vai falar. Queria registrar que a minha qualidade dos projetos apresentados, foi bastante ruim. Os que foram aprovados estão bons, porque tivemos que trabalhar muito para chegar nesse ponto, quanto mais ruim, pior é o trabalho que temos, apesar de todo nosso esforço no sentido de orientar o pessoal para fazer bem-feito, ainda continuamos recebendo coisas ruins. Não vou falar os valores, simplesmente para dizer o que foi aprovado. Tomador: Cinco Elementos Instituto de Pesquisa em Educação Ambiental, que vai desenvolver o projeto “Os cenários dos projetos do Comitê e oficinas de educação ambiental”. A qualificação em pontos é indiferente porque todos foram beneficiados, independente de ganhar 13, 5 ou 20 pontos. “Projeto de revegetação de área de proteção permanente do córrego São José” do, SAAE de Itu. Da prefeitura de Tatuí com projeto de “Recomposição de matas ciliares de um trecho do córrego Ponte Preta”, a quinta vez que fizeram isso e agora fizeram bem-feito. Prefeitura municipal de Pereiras, com o “Projeto básico de alternativa de abastecimento público por mananciais superficiais associado a um novo sistema de esgotamento a ser implantado no município de Pereiras”. Alguns não têm nota por que o projeto foi aprovado como prioridade enquadrando-se nos 30% reservados para os projetos de planejamento. CERISO, “Plano de comunicação - quinta fase e também é prioridade para a UGRHI 10 conforme a deliberação. Associação Japi, “ Projeto de educação ambiental reconhecer o ribeirão Cabreúva”.DAEE, “Projeto de modernização da rede de monitoramento hidrológico da bacia hidrográfica do rio Sorocaba”. Prefeitura de Votorantim com “Restauração de áreas de mata ciliares do rio Sorocaba em seu município, através de participação comunitária”. Prefeitura de Jumirim com “Projeto de execução de rede de afastamento de esgotos”. Fundação Florestal, com projeto para desenvolver “Cursos de capacitação em colheita e manejo de sementes florestais nativas”. a Cooperativa de Reciclagem Renascer com “Projeto de ampliação da coleta seletiva no município de Tatuí”. UNISO com “Parâmetros técnicos e indicadores de restauração de mata ciliares na bacia”. CERISO com “Projeto para disponibilização das ações do Comitê e outro de “Programa de controle e redução de perdas através da elaboração de estudos de gerenciamento e compatibilidade entre a macro medição e a micro medição do sistema de abastecimento público de águas de Cerquillo, Tietê, Porto Feliz e Votorantim”. O COFEHIDRO disponibilizou para o Comitê para o ano de 2008 um total de R\$ 1.875.413,90 (hum milhão oitocentos e setenta e cinco mil quatrocentos e treze reais e noventa centavos) e com a disponibilidade acima temos, então, um saldo de R\$ 445.869,50 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) e independente do que vamos fazer com esse saldo, a Jussara vai fazer uma proposta, submeto a aprovação os pleitos que foram apresentados aqui.

Aplausos

Renato- Minha apresentação está encerrada, a Jussara continua.

Secretária executiva- Devido à urgência, vamos pedir licença para plenária para também invertermos a pauta. Embora a Valéria tenha feito o pedido para passarmos para a próxima

reunião, eu já gostaria de pegar a seqüência da fala. No saldo dos recursos, no ano passado não houve sobra de recursos, nós aprovamos, está na Ata daquela reunião, que tínhamos necessidade de fazer projetos para implantação da cobrança pelo uso da água e esses projetos ficariam como prioridades absolutas, para assim que tivéssemos recursos. Não conseguimos fazer os projetos. Agora os projetos já estão feitos mas temos que ampliar porque o uso rural está previsto a partir de 2010, e já estamos às portas de 2009. Então, solicito em nome da Secretaria Executiva que esse saldo, pode não ser tudo, ainda não sabemos o tamanho do projeto, pudesse ser utilizado para esses projetos da cobrança pelo uso da água. O projeto visa consistir os dados de usuários, temos o cadastro mas temos problema de consistência e temos que contratar uma empresa para fazer a consistência desses dados e o que exige inclusive trabalho de campo, um trabalho grande e caro. Por isso solicito que o plenário aprove que esses recursos que os recursos que sobraram nesse ano possam ser utilizados para esses projetos.

Presidente- Quem é a favor permaneça como está, quem é contra se manifeste. Quem se abstém.  
**Aprovada a proposta.**

Secretária- FEHIDRO/09, esse ano foi um ano muito sacrificado para a Câmara Técnica de planejamento e especificamente, tivemos uma inovação de um curso de capacitação em parceria com a UFSCar para que pudéssemos ter melhores projetos para o FEHIDRO/2008. Todo mundo que dá aulas pode concordar comigo, que se conseguimos 10% de retorno positivo de uma classe, isso significa um bom número. Sendo assim, podemos considerar que tivemos sucesso em nossa capacitação porque aproximadamente 10% dos participantes entraram com projetos e finalizaram os mesmos, que até o Renato brincou que até que enfim um projeto que há cinco anos tenta se colocar foi aprovado, e o projeto está bom. Nossa avaliação é que foi bom e que foi o primeiro ano e que essa experiência deve continuar. A segunda inovação, não é desse ano especificamente mas do ano anterior, temos feito alguns plantões para ajudar na elaboração dos projetos e mesmo assim tivemos um enorme esforço da CT, pois como disse o Renato os projetos estavam muito ruins e sendo assim quem fica muito insatisfeito são os membros da CT, porque para quem teve o projeto aprovado está tudo bom. Agora, para a Câmara que se reuniu tantas vezes e gastou tantas horas, é um pouco complicado. E, por conta disso estamos apresentando uma nova proposta para vocês. Baseada na mesma priorização do ano passado, porque ela foi feita em cima do plano de bacia. Como não tivemos nenhum recurso aplicado no plano de bacia, nossas prioridades continuam as mesmas. A proposta é de iniciar o calendário de inscrição dos projetos já, hoje, tendo um período inicial para divulgar a idéia, de uns quinze dias iniciando depois a inscrição dos projetos, pré inscrição. Em parceria com o CERISO, foi conversado com o Presidente do CERISO, o Prefeito Cassola, que contratará uma empresa cedendo um funcionário, um Engenheiro que seria treinado por nós para auxiliar os interessados na elaboração de projetos. Na seqüência iniciariamos a capacitação, para quem fez a pré-prescrição, que seria feita de forma bem simplificada, nos moldes dos projetos do CORHI, contendo: título, justificativa, algumas informações básicas, custo, uma coisa bem simples. Todos interessados em apresentar projetos fariam, dessa forma, a pré-inscrição que seria analisada pela Câmara Técnica de Planejamento, quanto ao mérito. Uma vez aprovada já seguiria para capacitação. E a partir daí tem o ano inteiro para fazer o projeto. Com dois encontros para capacitação junto com a UFSCar, a gente manteria esses mesmos critérios que são os do ano passado, a única coisa diferente que fizemos foi de alterar a pontuação de educação ambiental. No ano passado ela não era prioridade porque todos projetos tinham que ter um projeto de educação ambiental e isso criou algumas dificuldades. Nesse ano então, nossa proposta é priorizar educação ambiental e a Câmara Técnica de Educação Ambiental define esses componentes que já não sabemos mais se chamamos de educação

ambiental, divulgação, ou como faz, dentro de todos os projetos, isso a Câmara técnica de educação ambiental tem que definir. Continua como prioridade absoluta monitoramento hidrológico, conservação e recuperação da vegetação nativa, erosão em termos de mapeamento dos usos e capacidades do solo e como segundo lugar resíduos sólidos e esgotos, a única diferença é que teríamos também como prioridade, a educação ambiental. Continuaríamos também com uma cota de projetos induzidos para planejamento, até 30% de todos recursos podemos utilizar para todos projetos na área de planejamento, plano de comunicação que é fundamental para a Secretaria executiva, para se comunicar com toda a bacia, e tudo mais. Das datas, acho que nem devemos entrar nisso agora, mas para se ter uma idéia de 23/05-02/06 período de divulgação da nova proposta, 02-30/06 pré inscrição dos empreendimentos através do modelo simplificado do modelo CORHI, vamos divulgar também, de 01-02/07 análise desses empreendimentos dos pré inscritos nessa ficha simplificada pela Câmara técnica, em 04/07 divulgação do resultado da pré inscrição e depois se inicia os programas de capacitação e vai até 28/11. Vamos solicitar, tentando que os municípios façam, coloquem para fazer esses projetos os funcionários de carreira, para não perdermos esse corpo técnico que vai aprender a fazer projetos, ainda mais agora que vai ter mudança de Prefeitos. 04-05/12 temos os projetos feitos junto com a capacitação e durante todo esse período teremos aquela empresa que está ajudando cada um desses projetos para levar o projeto até a etapa final. Na etapa final ainda tem um módulo de capacitação, que conta com os agentes técnicos para poder dizer se os projetos estão bons ou não e com esse parecer segue para a Câmara técnica de planejamento e vamos pontuar, isso seria entre 08-09/12, 10/12 divulgamos os projetos aprovados e de 10-12/12 recebemos os protocolos de recursos na Secretaria executiva. Mais uma coisa, já no início do processo o proponente é informado de quais documentos vai precisar, ele vai trabalhar durante o ano todo no projeto e já pode entrar com pedido de outorga que é necessário, de licença, já no início do processo e até o final do ano temos condições de saber se ele vai ter a outorga ou licença necessária para o projeto ser aprovado. Essa é uma tentativa nossa de capacitar melhor os representantes dos municípios para elaboração de projetos, porque temos visto que é muito complicado, e não só nos municípios, perdão. Dá para aprovar?

Presidente- Em votação a proposta, quem aprova permaneça como está. Quem é contra. Quem se abstém. **Aprovado.**

Secretária- Vamos falar do cronograma da cobrança e depois dos projetos cancelados. Temos discutido no GT cobrança, tivemos uma perda muito grande da Fabíola como já falei e a Secretaria executiva assumiu interinamente a coordenação desse GT, até fazermos uma eleição. Nós temos pela deliberação CRH, já apresentada nesse plenário, 3 datas de prazo para entrar com o pedido de cobrança no CRH, fevereiro, junho e outubro. Seja qual data for, temos um calhamaço de coisas para apresentar para o CRH justificando que queremos implantar a cobrança, o por que, os valores e por quê os valores e isso envolve todos coeficientes que temos que definir e estudar. O que já fizemos disso tudo? Temos o cadastro de quase 900 usuários da nossa bacia, e como disse há pouco ele precisa de consistência, até porque ele não foi feito para a cobrança pelo uso da água, temos endereços que não batem, empresas que fecharam, dados ultrapassados, uma série de coisas. Tivemos uma reunião em São Paulo com a CRHi, Cetesb, DAEE, fui eu, a Rosângela, a Fabíola, Aquiles e o Mourão, propondo que pudéssemos fazer a cobrança gradativa. A lei fala que a cobrança pode ser gradativa, por exemplo no SMT, embora seja uma bacia industrial, 75% do valor previsto para cobrança será pago por, aproximadamente, trinta e poucos usuários, o que é um número muito pequeno. Então, a nossa proposta foi, que em vez de trabalharmos com os 900 a gente trabalhe, inicialmente, com esses 35, e depois estabelecemos outras etapas para poder cobrar todo mundo. A reunião não foi boa. Acho que não nos fizemos entender

suficientemente, e o pessoal não gostou. Achou que estávamos trabalhando mais em uma linha arrecadatória do que em uma linha de planejamento da bacia. Nós vamos fazer uma reunião específica para mostrar isso para todo mundo, temos um programa simulador que pega toda a lei da cobrança, todos parâmetros, todos os cálculos, onde o usuário coloca seus dados e já sai, dependendo dos parâmetros escolhidos, com o valor que tem que pagar. O programa está bacana e o setor público está testando. Nós ficamos um pouco desiludidos mas insistimos e fizemos como Secretaria Executiva uma consulta não formal ao departamento jurídico da Cetesb, "será que dentro do espírito da lei é possível iniciarmos os trabalhos da cobrança por exemplo em três etapas, onde através da deliberação do Comitê diríamos que vamos cobrar de todo mundo como está na lei, e iniciariamos com aqueles que têm captação de água até determinada vazão, na segunda etapa com outra vazão e na terceira outra? "A resposta foi que é possível fazer assim. Não só é possível como é recomendável. Porque a lei diz que deve ser gradativo. Mesmo havendo divergências sobre o que é gradativo, o PCJ considera gradativo o valor, todos pagam mas na primeira etapa paga 75% e na segunda paga o restante para completar os 100%. Nós discutimos no GT-Cobrança que também podemos fazer isso, e que nosso objetivo não é arrecadatório, e sim de gestão. Iniciariamos com quem faz a diferença. Fizemos uma proposta no GT, na primeira etapa cobraria de todos os usos de abastecimento público nos 34 municípios, tem municípios de 2000 a 600.000 habitantes, mas a negociação é uma só, mais os usuários industriais que captam 3 milhões de m<sup>3</sup>/ano o que representa mais ou menos 15 usuários, então seriam 34 mais 15, em torno de 50 usuários. Na segunda etapa os usuários que captam entre 3 milhões a 500.000 m<sup>3</sup>/ano e na terceira etapa para os demais que captam menos que 500.000 m<sup>3</sup>/ano, aqui é a grande massa, na casa dos 700 usuários, pode ser que com a consistência desses dados, esse número caia muito. Essa é a proposta que estudamos no GT para propor para a CRHi como parte do nosso cronograma. A outra coisa é em que mês vamos entrar com nosso pedido no CRH? Já tínhamos decidido que encontraríamos em junho, no mês que vem e para isso temos que ter o plano de bacia complementado e todos esses estudos que estão aqui também. Nosso cronograma está a partir de maio. Discussão do GT Cobrança para estratégias e cronograma, o que estamos fazendo agora em maio, discussão e aprovação do cronograma junto ao Comitê de bacia, hoje, encaminhamento ao CRH dos estudos necessários, estamos marcando para outubro para ser mais realistas, cadastro de usuários, nós temos um cadastro total, o cadastro dos principais usuários, também cabe dizer aqui que a prefeitura de Sorocaba, está contratando três estagiários de engenharia para auxiliar especificamente o estado, mais o DAEE, nesse momento, e a Cetesb, para a consistência do banco de dados da primeira etapa que eu falei e por isso que está maio a julho, e além disso envolve depois que esse trabalho dos estagiários está pronto definir os principais e que envolve uma equipe específica do estado, DAEE e Cetesb indo para campo e levantando todas essas informações técnicas. Consolidação do cadastro parcial dos usuários, acreditamos que em agosto isso está absolutamente pronto. Cadastro geral dos usuários, análise do TR, contratação, essa parte é o projeto que acabamos de aprovar em plenária com os recursos do FEHIDRO, e talvez até envolvendo a parte rural que envolve a análise do TR, a celebração de contratos com o FEHIDRO, contratação de consultoria, elaboração de cadastro final para a cobrança e a consolidação do cadastro. É importantíssimo frisar que quem tem sido nosso parceiro para todas as questões de gestão é o CERISO, como tomador, gerenciador dos projetos, de planejamento, tem que ser assim porque o município não pode pegar projetos na área do outro, o Comitê não tem essa figura jurídica e o CERISO tem essa abrangência. Fundamentação para cobrança pelo uso da água, os coeficientes ponderadores tem que ser todos definidos e justificados, lembrem-se que tem a fórmula para cobrança do uso da água e cada fórmula tem nove coeficientes, que considera tudo, o local, a classe do rio da captação, que está sendo lançado, se é em área de proteção do manancial, se é água subterrânea ou superficial, temos então não só que definir

como justificar porque estamos dando aquele peso para aqueles coeficientes. Simulação da cobrança, já temos. Estudo econômico-financeiro indicando a cobrança, isso parte do próprio GT cobrança que tem que dizer para o plano de bacia quando poderíamos receber de recursos no primeiro ano e o grupo do plano de bacia vai dizer onde seriam aplicados os recursos, isso também têm que ir para o CRH. A aprovação da cobrança, depois de tudo isso feito, é discutido junto aos setores envolvidos, já fizemos isso estamos fazendo com o setor público e vamos iniciar a conversa com o setor privado, a campanha é divulgação não temos feito maciçamente embora tenhamos já falado em rádios, jornais, através da nossa assessoria de comunicação, mas existe uma campanha de divulgação por parte do estado da CRHi e imaginamos que nos meses seguintes ela entra em ação. Temos que fazer o ato convocatório, depois que for aprovada, que é mandar o ato para todos a quem pretendemos cobrar na primeira etapa com todos os dados, com o valor a ser pago, e se o empreendedor achar que não está correto tem que entrar com recurso para provar que não está correto, mas inicialmente ele paga pelo ato convocatório, depois vai ser analisado e feita a correção se houver. Apoio técnico aos usuários, muitas dessas funções são da Agência de bacia, que vai ter um trabalho muito grande. Estivemos em Piracicaba na semana passada e foi com muita satisfação que vi que as coisas que eu perguntava, ele dizia que era a Agência que estava cuidando, da Agência realmente cuidando de um processo tão importante como esse. Precisamos da aprovação da plenária para mandar para a CRHi.

Presidente- Encaminhada a proposta do cronograma, quem concorda com o encaminhamento do jeito que está. Quem não concorda. Abstenções. **Aprovado o cronograma.** É muito importante que vocês saibam que o GT está fazendo um trabalho técnico muito importante e está trabalhando paralelo ao trabalho da regularização da Agência de bacia.

Secretária- É importante também falar que vamos ter reuniões semanais toda quinta-feira, para quem quiser participar, a maioria no NUPLAN. Vou apresentar para vocês vários projetos que foram deliberados por nós no ano passado, que não foram contratados até o final do ano, a CRHi está rígida em relação a isso, se não houve contratação vão ser cancelados. Houve um grande movimento no ano passado para que não fossem cancelados, o Secretário deu mais um período de prazo, para que os tomadores tomassem sua atitude, e quem não tomou foram cancelados. São os projetos: UNESP Botucatu avaliação das contribuições naturais e topogênicas de metais na bacia do alto Sorocaba, CEADep programa de coleta seletiva com a inclusão dos catadores nos municípios de Vargem Grande Paulista, Ibiúna, São Roque e Mairinque, projeto de Ibiúna do diagnóstico e caracterização ambiental da subbacia do ribeirão curundu, uma proposta de gestão dos recursos hídricos de educação ambiental, SOS Questas de Botucatu inventários da fauna e habitantes da mata ciliar, ictofauna e qualidade da água da bacia do rio capivara e o projeto de Mairinque plano diretor ambiental, todos foram negados pelo agente técnico, seja por falta de documentação, de comunicação ou seja pela má qualidade dos projetos. Quero chamar a atenção que por mérito, todos são importantes para nós, e todos manifestaram a intenção de serem apresentados. Gostaríamos que o plenário aprovasse que todos sejam apresentados, só coloco uma condicionante, haverá a intermediação da Secretaria executiva junto ao agente técnico para entendermos o que está acontecendo em cada projeto. Essa é a proposta para encaminharmos para a recondução de todos esses projetos.

Presidente- Quem é a favor, permaneça como está. Quem é contra. Abstenções. **Está provado.**

Secretária- Da minha parte era só. Obrigada.

Cida- Eu acho que não está havendo uma afinidade dentro do nosso esforço do Comitê com o agente técnico. O montante de R\$ 847.000 de 2007, já estamos indo para a verba de 2009 e onde está esse montante? Acho que é um desrespeito muito grande com a plenária, de novo, reencaminhar os projetos e quando o Prefeito Lippi estava na presidência reencaminhou, e agora são novamente cancelados projetos. Há algum descompasso entre os agentes técnicos e no nosso trabalho no Comitê. Gostaria que isso fosse revisto porque são projetos que trabalham a região, temos projetos que trabalham quatro municípios, abordando propostas do estado do lixo mínimo e de repente são cancelados. Propostas que falam da importância, enfim, esse específico de Mairinque do plano diretor ambiental, da mesma forma como o projeto aprovado de Porto Feliz, então será que não poderíamos montar um banco de projetos e agora escutar que os projetos são ruins, cada vez mais não estamos sabendo fazer projetos? Há um desgaste tremendo, não só das prefeituras como da sociedade civil em fazer, e tentar aprender e de repente é muito desagradável chegar na plenária e discutir os R\$ 840.000, significativo para todos nós, mas ainda as ações que não foram. Gostaria muito do esclarecimento desse Comitê, que pudesse encaminhar uma moção porque há um descontentamento, especificamente nosso projeto que já foi cancelado pela segunda vez, não tem motivos, estive na Secretaria de estado, estou inconformada com a forma que isso vem sendo tratado. O responsável técnico pelo projeto é um agente técnico capaz, assina pelo projeto, e chega nas mãos do agente técnico não tem o mesmo valor. Precisamos rever essa postura e como está sendo avaliado a hora que o projeto sai do Comitê.

Presidente- Quer apresentar alguma proposta?

Cida- Que a gente não fique aqui... vamos encaminhar, vamos chamar de novo ...

Presidente- O encaminhamento.

Cida- Acho que a proposta como estamos na fase de rever os estatutos precisamos rever essa questão dos projetos. Fizemos capacitação... a proposta então, lógico, que sejam reencaminhados.

Presidente- Isso já foi contemplado, já foi encaminhado.

Cida- A proposta é que haja afinidade de agente técnico com o responsável técnico de projeto. Temos um projeto de resíduos de saúde, estou inconformada também, é um pessoal gabaritatíssimo da Paula Souza e até hoje o projeto não veio à tona no nosso Comitê.

Secretária- A Cida está brava com toda razão, tem comunicado isso para nós com insistência e por isso fiz a proposta de que todos sejam reconduzidos com intermediação da Secretaria executiva junto ao agente técnico para entendermos o que está acontecendo, porque sempre existem duas histórias, uma de cada lado. Em relação ao projeto de saúde o encaminhamento está lento mas está, porque há um problema com o projeto que ainda não estamos conseguindo resolver e não cabe discutir agora. Dessa maneira fica contemplado com nossa intermediação?

Cida- Só acho que tem que ter uma afinidade do nosso corpo do Comitê com o agente lá...

Francisco Moschini - Eu apóio 100% o que a Cida falou. A câmara específica de cada área e mais a Câmara de planejamento, nós participamos dela, tem o pessoal técnico, nós vemos que tem

um bom nível no Comitê, só para dizer isso, é cobrar desse agente técnico, o que ele quer aqui porque não tem condições de fazer assim.

Cida- A proposta é que o Comitê possa pedir o esclarecimento por esse procedimento.

Presidente- Proposta colocada em votação. Quem é a favor permaneça como está. Quem é contra. Abstenções. **Aprovado.** Antes de encerrar, agradeço a participação de todos, tivermos uma reunião bastante democrática, todos puderam colocar suas dúvidas e opiniões de agradecer ao Prefeito Cassola, nosso anfitrião, ao Prefeito Vitor Lippi pelo seu discernimento, pelo seu comportamento e equilíbrio e a todos aqui. Muito obrigado a todos.

Prefeito Jair Cassola- Boa tarde a todos, daqui a pouco vamos falar boa noite. Agradeço a participação de todos.